

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM LETRAS

NATHALIA MADEIRA ARAUJO

**O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO EM MARIANA (MG): DO
ACONTECIMENTO HISTÓRICO AO ESTUDO DISCURSIVO DE CHARGES**

Pelotas - RS

2016

NATHALIA MADEIRA ARAUJO

**O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO EM MARIANA (MG): DO
ACONTECIMENTO HISTÓRICO AO ESTUDO DISCURSIVO DE CHARGES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Católica de Pelotas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras. Área de Concentração: Linguística Aplicada.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ercília Ana Cazarin

Pelotas - RS

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A663r Araujo, Nathalia Madeira

O rompimento da barragem de Fundão em Mariana (MG): do acontecimento histórico ao estudo discursivo de Charges. / Nathalia Madeira Araujo. – Pelotas: UCPEL, 2016.

105f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Letras, Pelotas, BR-RS, 2016. Orientadora: Ercília Ana Cazarin.

1.rompimento da barragem Fundão. 2. Charges. 3.acontecimento histórico. 4.acontecimento discursivo. I. Cazarin, Ercília Ana, or. II. Título.

CDD 401.41

NATHALIA MADEIRA ARAUJO

**O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO EM MARIANA (MG): DO
ACONTECIMENTO HISTÓRICO AO ESTUDO DISCURSIVO DE CHARGES**

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Renata Silveira da Silva – UNIPAMPA

Prof^a. Dr^a. Aracy Ernst – UCPEL

Prof^a. Dr^a. Ercília Ana Cazarin – UCPEL – Orientadora

Pelotas, 07 de dezembro de 2016.

AGRADECIMENTOS

À família,

Aos meus pais, Moacir e Regina, pelos grandes esforços empenhados para me possibilitar o estudo e pela afetividade com que me incentivaram a buscar a qualificação profissional - exemplos de luta e determinação a serem seguidos;

Acadêmicos e profissionais,

à professora Ercília Ana Cazarin, pela acolhida afetuosa com a qual me recebeu, pela orientação segura, pelos ensinamentos e pela paciência com que conduziu os encontros de orientação;

à professora Renata Silveira da Silva, por ter me apresentado à teoria, pelos ensinamentos de valor inestimável e pelo incentivo à continuação dos estudos;

aos professores do programa de Pós-Graduação em Letras da UCPEL, pelos saberes compartilhados,

à Capes, pela concessão da bolsa.

RESUMO

Na presente pesquisa, subsidiada pela Análise de Discurso vinculada a Pêcheux, tal como vem sendo trabalhada no Brasil, visamos à compreensão do funcionamento discursivo do acontecimento histórico do rompimento da barragem Fundão (MG-2015) localizada no subdistrito Bento Rodrigues, pertencente à Mariana (MG). Para este propósito, primeiramente, refletimos se esta tragédia configura-se em um acontecimento discursivo (PÊCHEUX, 1999) ou em um acontecimento enunciativo (INDURSKY, 2008), e paralelo a isso, analisamos discursos chargísticos produzidos após o rompimento da barragem e publicados em diferentes *sites* da internet. Na dessuperficialização das materialidades chargísticas que compõem o *corpus* discursivo, focalizamos a preponderância do “político” na charge, pelos possíveis sentidos de denúncia, crítica, reivindicação e luta nelas produzidos. Ainda, examinamos relações de interdiscursividade presentes nas charges e concebemos os efeitos de humor e de ironia como possibilidades de atravessamento do “político”. Além disso, convém destacar que, ao tratarmos da charge, já a consideramos como gesto de interpretação de um sujeito-autor chargista. Este estudo dividiu-se em quatro capítulos, dois destinados para a mobilização de conceitos teóricos necessários e construção da metodologia, e outros dois, destinados aos gestos interpretativos.

Palavras-chave: Rompimento da Barragem Fundão; Charges; Acontecimento Histórico; Acontecimento Discursivo.

ABSTRACT

In the present research, subsidized by the Discourse Analysis linked to Pêcheux, as it has been worked in the Brazil, we aim the understanding the discursive functioning of the historical event of the breakdown of the Fundão dam (MG-2015) located in the Bento Rodrigues sub-district, on Mariana (MG). For this purpose, firstly, we reflect if this tragedy is a discursive event (PÊCHEUX, 1999) or an enunciative event (INDURSKY, 2008), parallel to that, we analyze political cartoons discourses produced after the breakdown dam and published on the different websites. In the desuperficialization of the materialities of the political cartoons that compose the discursive corpus, we focus the preponderance of the “politician” in the political cartoon, for the possible senses of arraignment, critique, claim and struggle produced. Still, we examine the relations of interdiscursivity present in the political cartoons and we conceive the humor and irony effects as possibilities of the traverse of the politician. Furthermore, it should be noted that, when we discuss the political cartoons, we already consider like as a gesture of interpretation of a subject-author political cartoonish. This study was divided in four chapters, two destined for the mobilization of the necessary theoretical concepts and construction of the methodology, and other two destined to the interpretative gestures.

Keywords: Breakdown of the Fundão Dam; Political cartoons; Historical Event; Discursive Event.

LISTA DE ABREVIATURAS

AD – Análise do Discurso

DNPM – Departamento de Produção Mineral

ES – Espírito Santo

FD – Formação Discursiva

FEAM - Fundação Estadual do Meio Ambiente

INCAPER – Instituto Capixaba de Assistência Técnica e Extensão Rural

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IBAMA - O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

MG – Minas Gerais

MPF – Ministério Público Federal

MP-MG – Ministério Público Federal em Minas Gerais

MP-ES – Ministério Público Federal no Espírito Santo

MPT-MG – Ministério Público do Trabalho em Minas Gerais

MPT-ES – Ministério Público do Trabalho no Espírito Santo

MPES – Ministério Público do Estado do Espírito Santo

SDR – Sequência discursiva de referência

TCSA – Termo de Compromisso Socioambiental

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.....	32
Figura 2	52
Figura 3	68
Figura 4	70
Figura 5	72
Figura 6	74
Figura 7	76
Figura 8.....	78
Figura 9.....	80
Figura 10.....	82
Figura 11.....	84
Figura 12.....	88
Figura 13.....	90
Figura 14.....	93
Figura 15.....	95

SUMÁRIO

RESUMO	06
ABSTRACT	07
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
1 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO ACONTECIMENTO HISTÓRICO ...	15
1.1 Formação discursiva, Formação Ideológica, Forma-sujeito e Posição-Sujeito..	22
1.2 Acontecimento Discursivo e Acontecimento Enunciativo.....	25
1.3 Imagem como materialização do discurso.....	30
2 CHARGE	37
2.1 Efeitos de sentido na charge: o atravessamento do humor, da ironia e do político.....	39
2.2 Charge eletrônica.....	43
2.3 Imagem na Análise de Discurso.....	46
2.4 Análise de Discurso e o Político.....	49
3 ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLOGIA	56
3.1 Teoria que sustenta a dissertação.....	56
3.1.1 Sujeito.....	57
3.1.2 Processo de interpelação – os esquecimentos.....	59
3.1.3 Formações imaginárias.....	60
3.1.4 Produção da leitura e gesto de interpretação.....	60
3.2 Metodologia empregada.....	63
4 CAMINHOS DAS ANÁLISES	67
4.1 RECORTE 1 - O político na materialização das charges	67
4.1.1 A Samarco e as autoridades	67
4.1.2 A Corrupção.....	74
4.1.3 O Meio Ambiente.....	74
4.1.4 Amarrando sentidos do recorte I.....	86
4. 2 RECORTE II – O atravessamento do Religioso e do Artístico	87
4.2.1 A presença do discurso Artístico.....	87
4.2.2 A presença do discurso Religioso.....	93
4.2.3 Amarrando sentidos do recorte II.....	98
CAMINHOS AINDA A PERCORRER	99
REFERÊNCIAS	103

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta pesquisa resulta da inquietação frente ao acontecimento histórico do rompimento da barragem, de rejeitos de minério de ferro, Fundão, pertencente à empresa de mineração Samarco (BR), e também de propriedade das acionistas Vale (BR) e BHP Billitom (AUS). Fundão, localizada no subdistrito Bento Rodrigues (MG), em Mariana (MG) rompeu-se em cinco de novembro de 2015.

A onda de lama atingiu, primeiramente, Bento Rodrigues (MG), causando destruição, mortes, contaminação da foz do Rio Doce. Dentre às consequências da tragédia, considerada maior tragédia ambiental do país, citamos: destruição do patrimônio histórico e cultural de Bento Rodrigues (MG); prejuízos no abastecimento de água em vários municípios; destruição da fauna e flora do Rio Doce; contaminação no mar; impacto negativo na economia de Mariana (MG); desemprego.

Esse acontecimento histórico causou grande repercussão em sites e canais de mídia alternativa da rede. O desencadeamento das consequências oriundas da tragédia, concomitantemente, com a falta de respostas e de soluções da Samarco para amenizar os danos do ocorrido, durante os primeiros meses após a tragédia, fez surgir e circular, após aquele cinco de novembro, várias materialidades discursivas a respeito do ocorrido.

Dessa forma, o presente estudo, com base na Análise de Discurso (AD) com vínculo em Michel Pêcheux, tal como vem sendo trabalhada no Brasil, dada a repercussão do fato, tem como objetivo geral analisar o funcionamento discursivo do acontecimento histórico do rompimento da barragem Fundão (MG-2015). Para tal fim, desdobramos esse objetivo geral em dois outros:

- 1º) Entender se o acontecimento histórico do rompimento da barragem consiste em um acontecimento discursivo ou enunciativo;
- 2º) Compreender como o político, entendido como relações de força que se estabelecem pelo discurso, emerge no texto chargístico.

Em relação a esse segundo objetivo, traçamos alguns objetivos específicos:

- Compreender o funcionamento discursivo dos efeitos de humor e de ironia, bem como o atravessamento do “político” na charge;
- Refletir sobre a presença dos discursos religioso, ambiental e artístico no discurso chargístico;
- Examinar as relações de interdiscursividade no discurso chargístico.

Em relação ao acontecimento histórico do rompimento da barragem, observamos o surgimento de uma nova posição-sujeito – a dos sobreviventes e dos atingidos/afetados pelas consequências da tragédia em Bento Rodrigues (MG) e arredores que acolhe o discurso dos ribeirinhos, pescadores, comerciantes, indígenas, donos de pousadas e agricultores, ao longo do Rio Doce, prejudicados pela tragédia.

Dessa forma, na pesquisa, nos interessamos em refletir se estamos diante de um acontecimento enunciativo, e essa nova posição-sujeito provocaria uma movimentação no discurso, e continuaria inscrita na FD do discurso de moradores de Bento Rodrigues e arredores, só que enunciando outros saberes, ou se estaríamos diante de um acontecimento discursivo e esta nova posição-sujeito se desidentificaria da FD dos moradores de Bento Rodrigues (MG) e ido se inscrever em uma nova FD ou, em uma FD já existente no âmbito do interdiscurso.

Continuando, para empreender o que objetivamos nesta pesquisa, formado o arquivo documental, compomos nosso *corpus* discursivo a partir da seleção e recorte de charges que se encaixassem dentro da temática do trabalho proposto, analisando um total de quatorze charges publicadas em sites jornalísticos, de mídia alternativa na rede e no site *charge online*.¹

Além disso, para fins de esclarecimento, é importante enfatizar que realizamos um recorte temporal e nossa pesquisa situa-se de 05 de novembro de 2015, acontecimento da tragédia, a dezembro de 2015, período no qual as charges foram publicadas. Delimitação necessária, pois embora o acontecimento histórico siga produzindo sentidos, a charge é um discurso de natureza imediata, produzido rapidamente para contestar fatos e personalidades de relevância econômica, política ou social.

Nosso interesse pela charge se dá porque, neste caso específico, ela surge como texto de cunho contestador produzido com o intuito de criticar, denunciar, fatos polêmicos e problemáticos em relação ao rompimento da barragem, muito embora se saiba que, em certos casos, o discurso da charge surge para manter saberes dominantes e perpetuar sentidos; e é por isso que a natureza política da charge sustenta-se, sendo o “político”, dentro da AD, concebido como às relações de força postas em cena no discurso.

¹ Endereço eletrônico: < www.chargeonline.com.br >.

O discurso chargístico, tal como buscaremos mostrar nesta dissertação, é atravessado pelo “político” e se constitui, em sua essência, como uma forma de discurso político, não só pelo que se refere a questões partidárias, mas em especial, porque se refere às relações de forças, lutas de classe, tensão entre FD antagônicas, embates que podem emergir na e pela charge.

Por ser a charge um texto imagético repleto de significações, atravessado por posicionamentos ideológicos e determinado por fatores sócio-históricos, é que surge nossa inquietação em perceber possíveis efeitos de sentidos que podem ser produzidos a partir da dessuperficialização da materialidade linguística e visual das charges que compõem nosso *corpus* discursivo.

Já em relação ao funcionamento discursivo dos efeitos de *humor* e de *ironia* no discurso chargístico, eles são compreendidos como mecanismos para interpelação ideológica do sujeito leitor e como meios para denunciar, criticar, debater e questionar problemáticas sociais, econômicas, políticas e figuras de representação política e pública. No caso de nossa análise, nos interessa compreender como o *humor* e a *ironia* são ou não possibilidades de atravessamento do político.

Ao analisarmos nosso *corpus* discursivo, levamos em consideração que a charge já é gesto interpretativo de um sujeito-autor chargista, dessa forma, em nossos processos analíticos, partiremos para as condições de produção imediatas e sócio-históricas, resgatadas em nosso primeiro capítulo, a fim de compreendermos possíveis efeitos de sentidos instaurados.

Consideramos ainda que é inegável pensar nas mudanças drásticas que a tragédia causou na vida de todos os sobreviventes e sujeitos afetados, desde aqueles cujo sustento provinha diretamente das águas do Rio Doce, até aqueles cuja renda familiar provinha de forma indireta, mas que, de algum modo, a existência do Rio Doce era importante. Dessa forma, a relevância deste estudo justifica-se por ele poder vir a tornar-se um lugar de memória² que passará a (re)atualizar para o fio do discurso

²Indursky (2011), baseando-se em Pierre Nora (1984), comenta que os lugares de memória “se apresentam sob a forma de objetos, instrumentos, instituições, documentos, vale dizer traços vivos constituídos no entrelaçamento do histórico, cultural e simbólico” (p.75). À luz da teoria da AD, os lugares de memória, em sua materialidade, perpetuam fatos, acontecimentos históricos e saberes através de processos parafrásticos que (re)atualizam esses saberes e acontecimentos, permitindo o retorno ao dizer. Indursky (2011) aos analisar o discurso sobre *O descobrimento do Brasil*, em um dos gestos de interpretação realizados, utilizou como *corpus* um recorte da carta de Pero Vaz de Caminha (1500) e o quadro da Primeira Missa no Brasil (1861), pintura de Victor Meirelles, que representa pictoriamente uma das passagens da carta, sendo assim, através da paráfrase, eles constituem-se em “lugares de memória” para os brasileiros, pois a repetibilidade está na base da produção discursiva e é ela que permite a constituição de uma memória social.

saberes sobre a tragédia, e contribuirá para a construção de uma memória coletiva e social em relação a este fato histórico.

Esta dissertação é organizada em quatro capítulos. No primeiro, inicialmente, reunimos as condições de produção do acontecimento histórico e, secundariamente, nos subcapítulos seguintes, propomos a discussão sobre o fato de o acontecimento em pauta constituir-se ou não como um acontecimento discursivo, nos moldes da proposta de Pêcheux (1999), ou em um acontecimento enunciativo, com base em Indursky (2008).

No segundo capítulo e seus subcapítulos, aprofundamos os estudos sobre o funcionamento discursivo da charge, os efeitos de humor e de ironia, e o atravessamento do “político” que aí se instaura. Ainda tratamos da imagem e do “político” dentro do quadro teórico da AD. No terceiro capítulo, apresentamos o quadro conceitual da AD pecheuxtiana e explicitamos os procedimentos metodológicos próprios à AD e necessários à operacionalização da análise.

No quarto e último capítulo desta dissertação, analisamos o *corpus* discursivo e, dividimos em dois recortes discursivos. O primeiro recorte discursivo trata do “político” na materialização das charges e é composto por três sub-recortes: 1º) a Samarco e as autoridades; 2ª) a corrupção; 3ª) o meio ambiente; em cada um desses sub-recortes analisamos três charges. O segundo recorte discursivo trata do atravessamento do religioso e do artístico e é composto por dois sub-recortes: 1º) a presença do discurso artístico; 2º) a presença do discurso religioso; em cada sub-recorte destes analisamos duas charges.

Por fim, no item *Caminhos ainda a percorrer* apresentamos as considerações finais a que chegamos após o percurso teórico e analítico efetivado. Nesse item, recuperamos observações presentes na análise do *corpus* objetivando mostrar quais acréscimos, confirmações e contestações foram feitos em relação às questões teóricas postas em tese no início desta pesquisa.

1 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO ACONTECIMENTO HISTÓRICO

Em *Análise Automática do Discurso* (AAD-69), a partir da reformulação do esquema instrucional da comunicação proposto por Jakobson (1963), Pêcheux define o que são as *condições de produção* de um discurso. Para o autor, não se trataria de mensagem e sim, de discurso, o que levaria a concepção de transmissão de informações entre destinador e destinatário passar a se configurar como “efeitos de sentidos entre interlocutores”.

Além disso, o autor esclarece que as *condições de produção* abrangem o contexto imediato (essa noção refere-se às circunstâncias da enunciação, o aqui e o agora), e o contexto amplo (essa noção refere-se ao contexto sócio-histórico-ideológico). Já a memória, quando pensada pelo viés discursivo da linguagem, é fundamental e possui características. Esta é concebida como *interdiscurso*, que são os discursos outros, os pré-construídos, os já-ditos em outros momentos, em outros lugares, que asseguram o ato da enunciação; esses já-ditos constituem o que designamos de *memória discursiva*.

Dessa forma, sabemos que há uma relação entre os já-ditos, o *interdiscurso* (eixo vertical), com o que se está enunciando, que é denominado de *intradiscurso* (eixo horizontal). Para Orlandi (2005), “[...] todo dizer na verdade se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos” (p. 33). Entendidas tais formulações teóricas passamos às condições de produção do acontecimento histórico do rompimento da barragem Fundão (MG- 2015).

No dia 05 de novembro de 2015, quinta-feira, por volta das 16h20min, ocorreu o rompimento da barragem, de rejeitos de minérios de ferro, denominada Fundão, a mesma, por ser maior, transbordou e encobriu a barragem Santarém, localizada logo abaixo a de Fundão, ambas pertencentes à Samarco Mineração SA. As duas barragens fazem parte da mina Germano, situada no distrito Santa Rita de Durão (MG).

Inicialmente, a Samarco havia informado o rompimento das duas barragens, porém no dia 16 de novembro de 2015, a mineradora confirmou o rompimento apenas da barragem de Fundão. O desastre ocasionou uma enxurrada de lama que destruiu o subdistrito de Bento Rodrigues (MG), zona rural, localizado a 35 quilômetros do centro de Mariana (MG).

A empresa brasileira Samarco Mineração SA, com base em informações retiradas do site da instituição, foi fundada em 1977 e dedica-se à mineração. É uma empresa de capital fechado, controlada em partes iguais por suas duas acionistas: a BHP Billitom Ltda. e a Vale S.A. O principal produto da empresa são pelotas de minério de ferro comercializadas para a indústria siderúrgica mundial.

Ao todo, a Samarco exporta para 19 países abrangendo os seguintes continentes: as Américas, Ásia, Europa e Oriente Médio. Após o rompimento, a empresa teve a licença ambiental suspensa em dezembro de 2015, causando impacto negativo na economia de Mariana (MG), com perdas de arrecadação que chegam a R\$ 5 milhões.

A Vale S.A é uma empresa brasileira privada e de capital aberto, está presente em cerca de 30 países pelo mundo. Conforme o site da empresa, é líder na produção de minério de ferro, pelotas de ferro e níquel. Além disso, realiza operações nas áreas de logística, energia e siderúrgica. Já a australiana BHP Billitom é uma empresa multinacional de capital aberto. Dentre seus produtos estão: minério de ferro, carvão, petróleo, gás natural, cobre, níquel e urânio. Sua sede fica em Melbourne na Austrália.

Bento Rodrigues (MG), vilarejo atingido pela onda de lama, havia sido fundada há 317 anos, possuía estimados 600 habitantes, cerca de 200 imóveis e grande relevância histórica, pois fez parte da rota da Estrada Real no século XVIII e abrigava monumentos e igrejas históricas. O subdistrito caracterizava-se pela intensa atividade de extração mineral e pelo turismo que movimentava a economia local. Com base em informações publicadas pelo site G1³, até 9 de março de 2016, 19 pessoas morreram

³As matérias encontradas nos dão a base para historicizar o acontecimento:

Lama deixa 1,4 mil pescadores sem renda e mata 3 t de peixes no ES. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espírito-santo/desastre-ambiental-no-rio-doce/noticia/2015/12/barragem-que-rompeu-ha-1-mes-traz-mar-de-lama-e-prejuizos-para-o-es.html>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

Lama da barragem da Samarco Chega ao mar. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/11/lama-de-barragem-da-samarco-chega-ao-mar-no-es.html>>. Acesso em 20 mar.2016.

MPF: Samarco sabia dos riscos de rompimento de barragem desde 2013. Disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/samarco-deve-responder-por-todos-os-danos-causados-pelo-rompimento-da-barragem-de-fundao-defende-mpf/?searchterm=samarco>. Acesso em: 24 mar. 2016.

Samarco terá que garantir renda mínima a pessoas afetadas pela lama no Rio Doce. Disponível em http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_geral/samarco-tera-que-garantir-renda-minima-a-pescadores-e-trabalhadores-afetados-pela-lama-no-rio-doce. Acesso em: 24 mar. 2016.

Samarco oferece 140 casas para vítimas em mariana, diz MPE. Disponível em <[://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,samarco-oferece-140-casas-para-abrigar-vitimas-em-mariana--diz-mpe,10000001628](http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,samarco-oferece-140-casas-para-abrigar-vitimas-em-mariana--diz-mpe,10000001628)> Acesso em: 24 mar. 2016.

com a tragédia e destas um corpo continuava desaparecido. Inicialmente os desabrigados foram levados para o ginásio Arena, complexo esportivo localizado em Mariana (MG). Logo após, os sujeitos, aos poucos, foram sendo deslocados para hotéis e pousadas. Concomitante a isso, mais de 200 profissionais da Guarda Municipal, dos bombeiros, das polícias Civil e Militar, da Defesa Civil trabalharam nas buscas e resgates de sobreviventes, pessoas desaparecidas, ilhadas e salvamentos de animais soterrados.

As estradas que levam a Bento Rodrigues (MG), não pavimentadas e em péssimas condições, ficaram inacessíveis por conta da enxurrada de lama, atrapalhando bastante o resgate das vítimas e o trabalho do Corpo de Bombeiros, pois os mesmos só poderiam ser efetuados, nas primeiras horas, através de helicópteros.

Continuando, a prefeitura de Mariana (MG) e órgãos competentes começaram a mobilizar campanhas para doações de roupas, calçados, cobertas, colchões, alimentos, itens de higiene pessoal, remédios, pratos, talheres e água mineral, uma vez que, boa parte dos sobreviventes, perdeu tudo que possuía. De acordo com o Ministério Público Estadual de Minas Gerais, em 10 de novembro de 2015, a Samarco ofereceu 140 casas provisórias para alojar as famílias que perderam tudo. Essas habitações alugadas não são as definitivas que os moradores ainda esperam receber.

Conforme matéria publicada no site do Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público Federal no Espírito Santo (MP-ES), em Minas Gerais (MP-MG) e do Trabalho no Espírito Santo (MPT-ES) e em Minas Gerais (MPT-MG) e do Estado do Espírito Santo (MPES) assinaram, no dia 4 de novembro de 2015, o primeiro aditivo ao Termo de Compromisso Socioambiental (TCSA) preliminar com a Samarco, esse termo havia sido assinado em 15 de novembro.

O aditivo previu a elaboração de um Plano de identificação, manutenção de renda e auxílio para todos os cidadãos que exerciam atividades laborativas atreladas ao Rio Doce e suas margens, afluentes, lagos, lagoas, inclusive as águas marinhas que foram atingidas pelo impacto do rompimento da barragem.

Dessa forma, conforme o MPF, a partir de 11 de novembro de 2015, a mineradora teve de conceder a todos os trabalhadores e trabalhadoras atingidos um auxílio-subsistência, mensalmente, no valor de um salário mínimo. O auxílio terá correção na mesma data e nos mesmos índices do salário mínimo, com o aumento de 20% do valor previsto por cônjuge, companheiro/a e filhos/as, independentemente se ser ou não o trabalhador/a segurado no INSS.

O mesmo valor será pago a 1,2 mil pescadores que ficaram desempregados ao longo do vale do Rio Doce. A Samarco também ficou responsabilizada pelo recolhimento da contribuição previdenciária, do imposto de renda decorrente dos pagamentos efetuados, e de entregar, via crédito em cartão de débito pessoal, uma cesta básica mensal às famílias prejudicadas. Foram bloqueados 300 milhões da conta da Samarco para garantir esses pagamentos.

Inclusive, ficou a cargo da empresa: oferecer psicólogos e assistentes sociais para o atendimento dessas famílias; antropólogos/as e sociólogos/as para relatar, problemas decorrentes em relação ao Plano; oferta de cursos às pessoas beneficiadas e suas famílias; custos de manutenção com animais e embarcações para que as pessoas possam voltar a trabalhar. Caso a empresa, em algum momento, não cumpra as exigências, fica sujeita ao pagamento de multa diária de R\$1 milhão; o que deverá comprovar via relatórios.

De acordo com o MPF, a mineradora sabia dos riscos a que a população de Bento Rodrigues (MG) estava exposta pelo menos desde 2013, para a subprocuradora geral da República, Cláudia Cureau, se a empresa tivesse um plano de contingência para desastres, a tragédia poderia ter sido evitada.

Dentre as providências recomendadas à Samarco e que não foi efetuada, está a implantação de alarmes e sirenes que alertassem as comunidades próximas a barragens em casos de rompimentos e rotas de fuga. Em Bento Rodrigues (MG), nenhum tipo de alerta foi emitido. Alguns sobreviventes correram para localidades mais altas avisando alguns cidadãos pelo caminho e, em uma escola, professores conseguiram tirar os alunos do local antes da lama chegar.

Após o acidente, soube-se que a barragem também recebia rejeitos de minério da mina Alegria pertencente à Vale. A empresa declarou que o volume desses rejeitos correspondia a menos de 5% do total represado em 2014, porém um documento do Departamento de Produção Mineral (DNPM) mostrou que a Vale jogou mais rejeitos do que declarou. De acordo com o documento, em 2014 o total de rejeitos em Fundão foi de 18 milhões de m³ sendo a Vale responsável por 28%, em 2013 foi 15,5% e em 2012 11,8%.

A avalanche de 62 milhões de metros cúbicos de lama atingiu Bento Rodrigues (MG) arrastando carros, caminhões, destruindo grande maioria dos imóveis e deixando moradores soterrados, desabrigados, ilhados e sem água potável durante dias. Além disso, foram afetadas outras localidades de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Dentre as consequências da tragédia - considerada o maior desastre ambiental da história brasileira -, destacamos os impactos ambientais. A avalanche de lama acabou sendo despejada no Rio Doce⁴, atingindo o manancial até a sua foz, localizada no estado do Espírito Santo (ES). Conforme matéria publicada no site G1 um mês após o acontecimento, os municípios do Espírito Santo (ES) contabilizavam que aproximadamente 137 mil pessoas foram, de certa maneira, afetadas pela catástrofe e só nesse Estado, foram recolhidas 3 toneladas de peixes mortos.

De acordo com a matéria, a Samarco foi obrigada, por meio de decisão Judicial, a fornecer água potável para todos os municípios atingidos que se abasteciam pelo Rio Doce. Só no Espírito Santo (ES), foram 169 carros-pipa e mais de 102,5 milhões de litros de água potável, salvo doações de municípios e campanhas de arrecadamento de água feitas pelo corpo de bombeiros.

A distribuição de água gerou longas e exaustivas filas nos municípios de Linhares (ES), Baixo Guandu (ES) e Colatina (ES), crianças, adultos, idosos, ficaram horas sob o sol forte para pegar água. O exército auxiliou e organizou a entrega da água para evitar possíveis conflitos, inclusive vigilantes cuidavam dia e noite os reservatórios.

De acordo com o Instituto Capixaba de Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), no Espírito Santo (ES), existem cadastrados em associações 1.438 pescadores que dependem diretamente do Rio Doce no Estado. Número que deve ser bem maior, levando em consideração os pescadores não registrados.

Após percorrer mais de 600 quilômetros pelo leito do Rio Doce, no dia 22 de novembro de 2015, a lama chegou ao mar desaguardo na praia de Regência. Em Linhares (ES), a prefeitura interditou a praia de Regência e de Povoação e emitiu um alerta para que banhistas não entrassem no mar. Em Governador Valadares (MG), a captação de água foi interrompida em 8 de novembro, a cidade ficou completamente desabastecida e declarou estado de Calamidade Pública.

Conforme o biólogo e ecólogo André Ruschi, que atua na Estação de Biologia Marinha Augusto Ruschi, a chegada da lama no Oceano Atlântico pode ter um impacto

⁴A bacia hidrográfica do Rio Doce está situada na Região Sudeste do Brasil e possui 83.400 km², dos quais 86% estão em Minas Gerais e os 14 % localizados no Espírito Santo. O rio nasce em Ressaquinha (MG), onde é chamado rio Piranga e deságua no oceano Atlântico, em Regência, que fica localizado no município de Linhares (ES). São 853 km da nascente até a foz, o rio passa por 230 municípios, só em Minas Gerais são 202 municípios.

Informações disponíveis em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAgRjUAE/historia-rio-doce>>. Acesso em: 20 mar.2016.

ambiental equivalente à contaminação de uma floresta tropical do tamanho do Pantanal brasileiro. Segundo ele, se nada for feito, o prejuízo ambiental pode demorar 100 anos para ser revertido.

Conforme dados apresentados pela reportagem *A vida após a lama*⁵, publicada no site G1 da Rede Globo, o grupo de atingidos pela tragédia não se restringe apenas aos moradores de Bento Rodrigues (MG) e aos pescadores de Minas e do Espírito Santo cujo sustento provinha das águas do rio. Na cidade de Resplendor (MG), os índios da tribo Krenak, também conhecidos como os Borum do Watu (Rio Doce na Língua Krenak) lamentam a morte do rio. Para esses sujeitos, o Rio Doce não era apenas o local de onde provinha a alimentação, era principalmente um lugar sagrado no qual realizavam seus rituais religiosos.

Em Mariana (MG), comerciantes que viviam do turismo atestaram grande queda na presença dos turistas, pois muitos, devido à falta de informação, acreditam que a lama também destruiu o patrimônio histórico da cidade. Em Regência (ES), praia propícia para o surfe, a chegada da lama afastou os surfistas, além disso, donos de pousadas e hotéis sofreram com cancelamentos de reservas que já haviam sido realizadas para a temporada de verão. Agricultores, que utilizavam a água do Rio Doce para suas produções, não encontram mais clientela, já que ninguém quer produtos irrigados com a água do rio.

A reportagem, com base nas falas de sobreviventes entrevistados, afirma que paira no ar um sentimento de imensa tristeza e dúvida em relação ao futuro, ninguém sabe quando os turistas irão voltar, quando os peixes irão voltar e a lama se dissipar. Em meio a isso, moradores, pescadores, comerciantes, ribeirinhos, agricultores, agora desempregados, pensam em como e por onde recomeçar.

Dadas as condições de produção sócio-históricas e imediatas do acontecimento, buscaremos compreender, na continuidade deste capítulo, se o rompimento da barragem Fundão (2015), tragédia que mudou de forma radical a vida dos sujeitos afetados ao longo do Rio Doce, se constituiu como um acontecimento discursivo, tal como postula Michel Pêcheux em *Discurso, Estrutura ou Acontecimento* (1990), ou como um acontecimento enunciativo conforme Indursky (2008).

⁵**Desastre ambiental em Mariana. A vida Após a lama.** Disponível em: <<http://especiais.g1.globo.com/minas-gerais/2015/desastre-ambiental-em-mariana/a-vida-apos-a-lama/>>. Acesso em: 22. Mar. 2016.

A discursivização deste acontecimento histórico ocorreu imediatamente, naquele dia 5 de novembro, através de notícias apresentadas em jornais televisivos, e, posteriormente de reportagens, matérias, artigos, manchetes e charges publicados em jornais, revistas de circulação nacional, e em sites de mídia alternativa na internet.

A questão que nos colocamos é se a tragédia estabelece uma ruptura no discurso a ponto de instaurar um acontecimento discursivo ou apenas estabelece a reorganização de saberes dentro de uma mesma formação discursiva (FD), neste caso, nos referimos a FD em que estavam inscritos os sobreviventes/afetados antes da catástrofe.

Para efeitos metodológicos, denominamos essa formação discursiva como a “FD do discurso de moradores de Bento Rodrigues e arredores”. Nela estariam inscritos todos aqueles sujeitos dos quais o sustento e a rentabilidade provinha da mineradora, uma vez que esta era a grande geradora de empregos no local.

Inclusive, enfatizamos que almejamos compreender se esses sujeitos/sobreviventes/afetados continuam filiados na mesma FD em que estavam antes, ou se realmente se inaugura uma nova estabilidade discursiva ou, ainda, se esses sujeitos se desidentificam dessa FD, migrando para outra já existente.

Consideramos ainda, que é inegável pensar nas mudanças drásticas que a tragédia causou na vida de todos os sujeitos afetados, desde aqueles cujo sustento provinha diretamente das águas do Rio Doce, até aqueles cuja renda familiar provinha de forma indireta, mas que de algum modo a existência do Rio Doce influenciava em suas vidas.

No que se refere ao discurso ambiental, Silva (2016) comenta que a questão ambiental nem sempre foi centro de preocupação nas discussões políticas, econômicas e sociais no Brasil e em outros países. Ela afirma que após séculos de exploração mineral e a conseqüente diminuição das fontes de energias não renováveis, assim como o aquecimento global, só passaram a ser pauta de interesse nas décadas de 60 e 70 do século XX, quando a ONU problematizou essas questões.

Assim, ao longo dos anos, a sustentabilidade (produzir e consumir de forma que os ecossistemas mantenham sua capacidade de renovação) e o próprio discurso ambiental passaram a ser pontos centrais nas questões políticas, econômicas e sociais, assim o discurso ambiental passou a constituir resoluções, programas, políticas públicas, leis e acordos globais. Silva (2016), ancorando-se em Dryzec (2013), explana que o discurso ambiental permeia o dizer dos mais diversos atores sociais (políticos, economistas, empresários, jornalistas, entre outros) não somente ambientalistas. Para

ele, a origem do discurso ambiental está justamente na era industrial, quando começou a ocorrer degradação do meio ambiente em nome do capitalismo.

De acordo com a autora, o discurso ambiental permeia diferentes temas, demonstrando seu caráter interdisciplinar, isto é, da mesma forma que questões ambientais estão conectadas, o discurso ambiental possui implicações em diversas áreas do conhecimento e abrange diferentes elementos – aqui, considerando a tragédia em Mariana (MG), pensamos na relação com as áreas da política, economia, sociologia, saúde, empresarial, por exemplo, e todas as implicações do rompimento em questões inerentes a estes campos.

Silva (2016), com base no pensamento de Dercach (2015), apresenta uma classificação que o autor elabora para o discurso ambiental, conforme essa classificação o discurso ambiental dividi-se em: científico (discurso científico), midiático (gêneros que circulam na internet e na mídia), religioso (gêneros de ordem religiosa), belas-letas (textos de cunho literário que se centram em descrever fenômenos naturais), ainda, nós pensamos em outra: político (textos de luta e reivindicação, como exemplo, as charges, neste caso específico).

1.1 Formação discursiva, Formação ideológica, forma-sujeito e posição-sujeito

Antes de entrarmos nas discussões sobre acontecimento enunciativo e acontecimento discursivo, e, conseqüentemente, configurarmos o tipo de acontecimento no qual se constitui o fato histórico do rompimento da barragem Fundão (MG -2015), abrimos espaço, dentro deste capítulo, para explanarmos quatro noções importantes dentro do quadro conceitual da Análise de Discurso que se fazem necessárias, agora, para o prosseguimento de nossas reflexões: Formação discursiva (FD), Formação Ideológica, Forma-Sujeito e Posição-Sujeito.

Pêcheux (1995) estabelece que as noções de Formação Ideológica e Formação Discursiva possuem papel essencial na constituição dos sentidos, isto é, o sentido de uma palavra não existe em si, não resulta da relação transparente com a literalidade do significante, mas é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo discursivo, e sob as quais as palavras são produzidas, isto é,

as palavras, expressões, proposições etc. mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência as formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem. (PÊCHEUX, 1995, p. 60)

Ainda, Pêcheux estabelece,

Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determinada o que pode e deve ser dito [...]. (1995, p.160).

As formações discursivas representam no discurso as formações ideológicas, daí decorre o fato de que os sentidos são sempre ideologicamente determinados. A Formação Discursiva é um domínio de saber constituído por enunciados que se relacionam com a ideologia em vigor, esclarecendo melhor, tal como Pêcheux (1995) especificou, os sentidos são atribuídos às palavras, expressões, proposições, entre outros, no interior da formação discursiva em que estas palavras, expressões, proposições são produzidas.

Daí, então, compreendemos que as palavras não possuem sentido nelas mesmas - sentido *a priori* -, ou seja, o sentido atribuído às palavras deriva das formações discursivas nas quais estas palavras se inscrevem, e as mesmas palavras e expressões, podem mudar de sentido ao inscreverem-se em uma ou outra formação discursiva.

Ou melhor, essa mudança de sentido das palavras se dá “[...] segundo as posições daqueles que as empregam, elas ‘tiram’ seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições de inscrevem” (ORLANDI, 2005). Assim, Pêcheux enfatiza que os indivíduos são interpelados em sujeitos de seu discurso, “pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhe são correspondentes” (1995, p. 161).

Toda formação discursiva “dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ‘ao todo complexo dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas [...]” (PÊCHEUX, 1995, p.162). Ainda, esse “todo complexo dominante” das formações discursivas é considerado como *interdiscurso* sendo ele “também submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação caracterizadora do complexo das formações ideológicas (p.162).

A relação que o sujeito do discurso estabelece com a forma-sujeito que regula e organiza a FD na qual ele se filia, Pêcheux designou como tomadas de posição – tal como apresentaremos no subcapítulo seguinte - porém, aqui cabe nos determos sobre o sujeito e sua forma histórica.

A forma-sujeito histórica que corresponde a da sociedade atual, sujeito da modernidade, representa um sujeito contraditório: ao mesmo tempo livre e submisso. Esse sujeito crê ser mestre/dono de suas palavras. Ele acredita que determina o ato de dizer e cria um ideal de completude, como se aquilo que está enunciando/dizendo se apresente de forma completa, perfeita, acabada; isso se dá pela noção de determinação.

Entretanto, a questão da subjetividade não pode ser reduzida ao linguístico, também devem ser consideradas a dimensão histórica e a psicanalítica. Não se pode explicar a subjetividade simplesmente pelo viés dos mecanismos linguísticos, é necessário tomá-la através de sua historicidade. Daí a possibilidade de compreendermos a contradição inerente ao sujeito que: “[...] determina o que diz, no entanto, é determinado pela exterioridade na sua relação com os sentidos [...]” (ORLANDI, 2005.p. 50).

O sujeito-de-direito ou sujeito jurídico (o da modernidade) nem sempre se apresentou com tal característica que lhe é própria. A forma-sujeito religioso - específica da época medieval - diferencia-se da moderna concepção de sujeito- jurídico. Observamos que em decorrência das transformações nas relações sociais, o sujeito tornou-se proprietário de si mesmo, daí o surgimento do sujeito-de-direito.

Quer dizer, a sujeição explícita do homem ao discurso religioso, cede lugar para a sujeição menos explícita do homem às leis com seus direitos e deveres, vale dizer, “daí a ideia de um sujeito livre nas suas escolhas, o sujeito do capitalismo. A crença na letra (submissão a deus) dá lugar à crença nas letras (submissão ao estado e as leis)” (ORLANDI, 2005, p. 51).

Todavia, vale lembrar a diferença entre indivíduo (homem na condição natural), noção de sujeito e sujeito-de-direito. Quando falamos em indivíduo estamos nos referindo ao sujeito empírico, já a noção de sujeito, em AD, faz referência ao sujeito do discurso que é determinado ideologicamente, e carrega a ilusão de ser a origem/fonte do que diz. E, o sujeito-de-direito é resultado de uma estrutura social, nesse caso o capitalismo.

De acordo com Pêcheux (1995), o lugar do sujeito não é vazio, ele é preenchido por aquilo que o autor designou como forma-sujeito, vale dizer, o sujeito do saber de uma determinada FD. E é através da forma-sujeito que o sujeito do discurso se filia a um domínio de saber, com o qual ele se identifica/reconhece e que se constitui como sujeito. E, como nos aponta Pêcheux (1995, p. 167),

a forma-sujeito (pela qual o ‘sujeito do discurso’ se identifica com a formação discursiva que o constitui) tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, isto é, ela simula o interdiscurso no intradiscurso, de modo que o interdiscurso aparece como o puro ‘já- dito’ do intradiscurso, no qual ele se articula por “co-referência”.

Esse movimento de incorporação de elementos do interdiscurso realizado pela forma-sujeito aponta para o efeito de ilusão da unidade/evidência do sujeito. Ao retomar a forma-sujeito, na conclusão de sua obra, Pêcheux (1995) comenta,

A forma-sujeito do discurso, na qual coexistem, indissociavelmente, interpelação, identificação e produção sentido, realiza o *non-senses* da produção do sujeito como causa de si sob forma da evidência primeira. (1990, p. 294-295)

Reafirma-se a ilusão da forma-sujeito que aponta para o efeito de unidade/evidência do sujeito. Ainda, os sentidos só são produzidos pela relação do sujeito com a forma-sujeito do saber. Para Pêcheux, a noção de posição- sujeito se dá na relação de identificação do sujeito enunciador com a forma-sujeito. Ainda, essa noção é concebida como um objeto imaginário que ocupa espaço no processo discursivo.

Conforme as formações discursivas, e conseqüentemente ideológicas, nas quais se inscreve, o sujeito se constitui em diferentes posições-sujeito, isto é, a preponderância do sujeito histórico no discurso se dá através de posições-sujeito que regionalizam saberes de uma FD. Em síntese, podemos dizer que as diferentes posições-sujeito de uma FD são maneiras distintas de relacionamento com a forma-sujeito e se constituem como micro-regiões de saber no interior de uma FD – são elas que atestam a heterogeneidade de saberes da FD.

1.2 Acontecimento Discursivo e Acontecimento Enunciativo

Pêcheux (1990) estabelece que a materialização de um acontecimento discursivo se dá por meio de um “enunciado coletivo” e inaugural que estabelece a ruptura/quebra, isto é, esse enunciado provoca o confronto discursivo dentro de uma determinada FD vigente e, conseqüentemente, a ruptura e a instauração de um novo domínio de saber, de uma nova FD.

De acordo com Indursky (2008), nem todo deslizamento de sentidos dentro de uma FD causa uma ruptura grande a ponto de estabelecer uma nova instabilidade discursiva, ou seja,

[...] nem todos os sentidos que deslizam provocam ruptura com os sentidos instituídos, provocando uma *desidentificação* do sujeito do discurso com a forma sujeito e, conseqüentemente com a FD, e a instauração de uma nova FD. (INDURSKY, 2008, p. 23) [Grifos do Autor].

Nesse sentido, a autora argumenta que quando ocorre deslocamento de sentidos no interior da FD sem existir, de fato, uma desidentificação plena do sujeito do discurso com a forma-sujeito vigente da FD, estamos diante de um acontecimento enunciativo, sendo esse possível de se estabelecer, pois estamos diante de “[...] divergências decorrentes do trabalho da/na posição-sujeito dominante [...]” (INDURSKY, 2008, p.28); estas divergências atestam a heterogeneidade e o estranhamento possível no interior da FD.

Pêcheux, em *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1995), especifica que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso ocorre através da identificação/reconhecimento dele com a formação discursiva que o domina. O autor aborda, ainda, a relação que o sujeito pode estabelecer com a FD, e nesse sentido, denomina três modalidades de tomada de posição.

A primeira modalidade consiste em uma *superposição* (ainda que não seja plena) entre o sujeito do discurso e o sujeito universal da FD, o sujeito se identifica com os saberes da FD que o domina, ocorrendo uma “aceitação livremente consentida”; aqui temos o discurso do “bom sujeito”. A segunda modalidade ocorre quando o sujeito do discurso, por meio de uma tomada de posição (dúvidas, questionamentos, indagações, discordâncias, revolta, embates) se contrapõe com a forma-sujeito que organiza os saberes da FD a qual ele se vincula; aqui temos o discurso do “mau sujeito”.

Nessa modalidade, o sujeito começa a por em dúvida e questionar-se em relação ao que diz a forma-sujeito universal da FD, esse movimento o leva a *contraidentificar-se* com a forma-sujeito da FD na qual se inscreve,

em suma, o sujeito, ‘o mau sujeito’, ‘mau espírito’, se *contra-identifica* com a formação discursiva que lhe é imposta pelo ‘interdiscurso’ como determinação exterior de sua interioridade subjetiva, o que produz as formas filosóficas e políticas do *discurso contra* (isto é, *contradiscurso*), que constitui o ponto central do humanismo (antinatureza, contranatureza, etc.) sob suas diversas formas teóricas, políticas, reformistas e esquerdistas. (PÊCHEUX, 1995, p.215-6) [Grifos do autor]

Esse processo de *contra-identificação* pode levar a uma terceira modalidade que Pêcheux (1995) designou como a *desidentificação* plena do sujeito em relação à FD e a sua posição-sujeito; nessa modalidade, o sujeito migra para outra FD, esse processo de desidentificação (terceira modalidade), segundo Pêcheux (1995), constitui-se em um trabalho de transformação-deslocamento da forma-sujeito, não sua anulação,

Em outros termos esse efeito de desidentificação, se realiza paradoxalmente por um processo *subjetivo* de apropriação dos conceitos científicos e de identificação com as organizações políticas ‘de tipo novo’. A ideologia – ‘eterna’ enquanto categoria, isto é, enquanto processo de interpretação dos indivíduos em sujeitos – não desaparece; ao contrário, funciona de certo modo às *avessas*, isto é, *sobre e contra si mesma*, através do ‘desarranjo-rearranjo’ do complexo das formações (e das formações discursivas que se imbricadas nesse contexto). (p. 217-8) [Grifos do autor]

Explicamos também que o *interdiscurso* (os já-ditos, os já lá) possui papel fundamental nos processos de *identificação*, *contra-identificação* e *desidentificação* do sujeito com FD. O antagonismo das modalidades discursivas de tomada de posição ocorre no interior da forma-sujeito e, o sujeito vai identificar-se ou contraidentificar-se com a FD que lhe é imposta pelo *interdiscurso* “como determinação exterior de sua interioridade subjetiva” (PÊCHEUX, 1995, p. 216), isto é, os efeitos do interdiscurso sobre o sujeito determinam a relação que ele vai estabelecer com a FD.

Voltemos às noções de acontecimento.

Pêcheux (1990), ao tratar do funcionamento discursivo do enunciado “On a Gagné” [ganhamos], repetido incansavelmente na França em 10 de maio de 1981, após a vitória da esquerda com François Mitterand para as eleições presidenciais, tomou esse enunciado como coletivo, pois ele é um grito de vitória que marca a ruptura com uma instabilidade anterior e aponta para uma nova era. Ainda, nessa mesma obra, o autor trabalha três aspectos diferentes: o acontecimento, a estrutura e a tensão existente entre a descrição e a interpretação que existe na AD.

Em um primeiro momento, voltando ao acontecimento da tragédia em Bento Rodrigues (MG), nos deparamos com a não existência de um “enunciado coletivo” que aponte para o novo; aqui pensamos então na possibilidade de não estarmos diante de um acontecimento discursivo, já que para tratar-se de um acontecimento discursivo necessitamos que ocorra o confronto discursivo dentro de uma determinada FD, para então, através da ruptura, instaurar-se uma nova formação discursiva ou o sujeito migrar para outra já existente.

Nas fronteiras que delimitam o que é acontecimento discursivo e o que é o acontecimento enunciativo, enfatizamos que: o discursivo é externo e remete para fora, daí surgem novos saberes provenientes de outro lugar, já o enunciativo, remete para dentro, ocorre no interior da FD possibilitando a movimentação, reorganização de saberes e o surgimento de uma nova posição-sujeito. (INDURSKY, 2008, p.29)

No caso em pauta, no momento histórico do acontecimento do rompimento da barragem, é inegável o surgimento de uma nova posição-sujeito - a dos sobreviventes e dos atingidos/afetados pelas consequências da tragédia em Bento Rodrigues (MG) e arredores que vai se abrigar no discurso dos sobreviventes/prejudicados. Mas, então, em qual FD essa nova posição-sujeito vai se inscrever?

Já lançamos a dúvida de não estarmos diante de um acontecimento discursivo, em consequência da falta de um “enunciado coletivo” que marque essa ruptura. Mas ainda, existem possibilidades a serem pensadas:

1º) É um acontecimento enunciativo e essa nova posição-sujeito provoca uma movimentação no discurso, não uma ruptura, e continua inscrita na “FD do discurso de moradores de Bento Rodrigues e arredores, só que enunciando outros saberes?”;

2º) Se ocorre mesmo uma ruptura no discurso, o que acontece com os saberes dos atingidos pela tragédia? Se desidentificam da FD dos moradores de Bento Rodrigues (MG) e vão se inscrever em uma nova FD ou, em uma FD já existente no âmbito do interdiscurso?

3º) Diante do acontecimento histórico do rompimento da barragem, a imagem da lama inundando o distrito de Bento Rodrigues (MG) poderia substituir o “enunciado coletivo” do qual nos fala Pêcheux e, de fato, estaríamos diante de um acontecimento discursivo?

Passamos então a explicar as questões postas. Sabemos que rompimento de barragens não é um acontecimento incomum. Por meio de pesquisa de cunho bibliográfico, constatamos que, ao longo da história,⁶ foram registrados – por

⁶Em continentes como Europa, Ásia, e América do Norte, foram registradas, tragédias causadas pelo rompimento de barragens de água direcionadas ao abastecimento humano. Exemplificando, para ampliar a visão sobre a questão, apresentamos dados referentes a rompimentos de barragens pelo mundo: Riviera Francesa (FRANÇA- 1959): Barragem de água. Causou 450 mortes; Virgínia (ESTADOS UNIDOS-1972): Barragem 3 da Companhia PittsonCoal. Causou 125 mortes, 4000 desabrigados; Província de Henan (CHINA 1975): Barragem de água. Ocasinou 25 mil mortes; Andaluzia (ESPANHA- 1998): Barragem de Boliden. Danos ambientais a longo prazo; New Orleans (ESTADOS UNIDOS-2005): Sistema Federal de Diques, Barragem de água. Teve 1836 óbitos, 705 desaparecidos.

imprudência humana, fenômenos naturais capazes de abalar estruturas de barragens (terremotos, grandes tempestades) ou mau planejamento de estruturas – vários desastres causados por rompimentos de barragens em distintos países.

No Brasil, os rompimentos mais recorrentes são de barragens de minério de ferro e o número de tragédias é alarmante, somente nos últimos 15 anos, seis barragens localizadas no estado de Minas Gerais (MG) se romperam, sendo algumas delas: Barragem Fernandinho (MG - 1986, sete mortos), Barragem de Macacos (MG - 2001, cinco mortos), Barragem da Herculano (MG - 2014, três mortos), Barragem do Rio Pomba/Cataguases (MG - 2007, mais de 4000 mil desabrigados). Barragem de Fundão, que desembocou na Barragem de Santarém (MG- 2015, 19 mortos e mais de 600 desabrigados).

No restante do país, foram registrados quatro rompimentos nos últimos 12 anos: Barragem Camará (PB - 2004, 5 mortes, 3mil desabrigados); Barragem Apertadinho (RO- 2008, danos ambientais variados); Barragem Algodões (PI- 2009, entre 9 e 24 mortos, aproximadamente 200 desabrigados); Barragem Santo Antônio (AP – 2014, 4 óbitos).

Tais informações apresentadas acima nos dão subsídios para perceber que esses acontecimentos não são raros, incomuns e isolados o quanto possam parecer. Esses dados nos possibilitam pensar na existência de uma FD vigente que abrigue o discurso de todos aqueles sujeitos de diferentes regiões do Brasil que vivenciaram/sofreram esse tipo de situação – a FD dos sobreviventes e atingidos por catástrofes ocasionadas por rompimentos de barragens no Brasil.

Dessa forma, passamos a reconhecer a FD dos sobreviventes e atingidos por catástrofes ocasionadas por rompimentos de barragens no Brasil como sendo aquela em que essa nova posição-sujeito aqui identificada “dos sobreviventes e dos atingidos/afetados pelas consequências da tragédia em Bento Rodrigues (MG) e arredores” vai se inscrever, ou seja, desidentifica-se da “FD do discurso de moradores de Bento Rodrigues e arredores”, migrando para outra já existente.

Agora, com mais propriedade, mostramos a possibilidade de estarmos diante de um acontecimento discursivo nos moldes de Pêcheux. Segundo Indursky (2003),

O acontecimento discursivo trabalha, a um só tempo, com a ruptura do mesmo e com a instauração do novo, inscrevendo-se em uma outra espécie de tempo, de curta duração. Instituída a ruptura com o dizer memorial, abre-se um novo domínio de memória, em torno do qual novos dizeres irão

inscrever-se, participando desta nova estrutura. (INDURSKY, 2003, p. 118)
[Grifos da autora]

Conforme o observado até o momento, já existe uma FD vigente, um domínio de memória, em relação a tragédias envolvendo barragens no Brasil, dessa forma, essa FD vigente passa a abrigar a nova posição-sujeito que emergiu. Ocorreu, neste caso, no âmbito da FD dos moradores de Bento Rodrigues (MG), uma ruptura a ponto de causar a desidentificação do sujeito com a forma-sujeito que regula a FD.

Já, em relação à “FD dos sobreviventes e atingidos por catástrofes ocasionadas por rompimentos de barragens no Brasil”, é nela que a nova posição-sujeito “a dos sobreviventes e dos atingidos/afetados pelas consequências da tragédia em Bento Rodrigues (MG) e arredores”, vai se inscrever.

E é essa movimentação do discurso que nos faz entender que, ao tratarmos do rompimento da barragem de Fundão (MG-2015), não estamos diante de um acontecimento enunciativo, nos moldes do que trabalha Indursky (2008), pois para ela “o acontecimento enunciativo implica apenas a instauração de uma nova posição-sujeito no interior de uma mesma FD” (INDURSKY, 2008, p 28.), e não é isso que ocorre neste caso.

Voltando à 1ª questão lançada - que indagava se o rompimento da Barragem de Fundão (MG-2015) caracterizava-se como acontecimento enunciativo e, se a nova posição-sujeito apenas provocava uma movimentação no discurso, não uma ruptura, e continuava inscrita na “FD do discurso de moradores de Bento Rodrigues e arredores, só que enunciando outros saberes – a refutamos.

Até este ponto de nossas reflexões, percebemos que ocorre uma ruptura – estamos diante de um acontecimento discursivo -, os sujeitos se desidentificam desses saberes e vão se instalar em outra região de saber (a dos atingidos por barragens no Brasil), instituindo aí uma nova posição-sujeito (a dos atingidos pela barragem da Samarco). Não há a instituição de uma nova FD, mas uma ruptura a ponto de provocar um processo de (des)identificação.

Em relação à questão 3 buscamos trabalhá-la no subcapítulo seguinte.

1.3 Imagem como materialização do discurso

O acontecimento discursivo, com base em Pêcheux (1995), ocorre no “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (p.17). Nesse sentido, a tragédia do

rompimento da barragem, é uma atualidade, um marco, uma quebra que se choca com uma instabilidade anterior - a memória social/histórica de como era a vida dos sobreviventes e dos atingidos/afetados pelas consequências da tragédia em Bento Rodrigues (MG) e arredores, antes do acontecimento histórico do rompimento - e aponta a instauração de uma nova era, uma vez que Bento Rodrigues (MG) passa a não existir.

No ponto de encontro deste fato e, desta memória, se instaura/surge o acontecimento discursivo. Em relação à materialização discursiva desse acontecimento, percebemos a ausência de um “enunciado coletivo” – materialidade linguística - e inaugural que provoque o confronto discursivo dentro da “FD do discurso de moradores de Bento Rodrigues e arredores” e, conseqüentemente, a ruptura com esse domínio de saber.

Porém, na ausência de um “enunciado coletivo” constituído de materialidade linguística, concebemos a imagem da lama inundando o distrito de Bento Rodrigues (MG) – imagem divulgada intensamente pelos canais de mídia na televisão e na internet - como o “enunciado coletivo” o marco inicial, que vai provocar o confronto discursivo dentro dessa FD vigente e, em consequência, a desidentificação do sujeito com a forma-sujeito que regula a FD, e a migração para outra FD já existente. Vejamos a imagem.

Figura 1

Lama encobre Bento Rodrigues (MG)

Fonte: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2016/02/policia-de-mg-considera-mortes-por-desastre-de-mariana-como-homicidios.html>>

Para analisar esta imagem, adotamos a seguinte montagem discursiva: **SDR1** (Sequência discursiva de referência) - a destruição de Bento Rodrigues (MG). A lama encobre Bento Rodrigues (MG), essa imagem mostra a devastação e remete à destruição - casas, estabelecimentos, escolas, bens materiais soterrados. Essa imagem registra o momento no qual o subdistrito passa a não-existência.

Desse momento em diante, é somente através da movimentação de uma memória discursiva/social e dos saberes circulantes no interdiscurso que Bento Rodrigues (MG) vive. Ao observarmos essa imagem, vemos que ela evoca, para o fio do discurso, sentidos, saberes que remetem ao horror, sofrimento, perdas, tristezas, vivenciadas por aqueles atingidos/sobreviventes. Inclusive, o próprio encobrimento de Bento Rodrigues (MG), pela lama, pelo barro, demonstra o apagamento do subdistrito.

Assim, ocorre um trabalho de leitura que evoca uma memória discursiva a partir de um recorte imaginário acerca do que foi Bento Rodrigues (MG), e do que passa a não ser. Na charge não temos enunciado verbal, isso causa a falta – a falta atesta a impossibilidade da gestão completa da produção da leitura e dos sentidos, contudo a imagem supre a falta do verbal, evocando sentidos, muito embora se saiba que uma imagem também é recorte, é gesto de interpretação.

Contudo, a hipótese que sustenta nosso gesto interpretativo é que ocorre uma tentativa de esquecimento e amenização da tragédia, no corpo da imagem não há nenhuma referência verbal à tragédia, a posição-sujeito que ali enuncia tem a voz interdita. Assim um sujeito, desconhecedor da tragédia, ao encontrar essa imagem aleatoriamente e interpretá-la, poderá produzir sentidos outros e não fará referência ao rompimento da barragem Fundão (MG- 2015).

Além disso, com o passar dos anos, o esquecimento tornar-se-á mais provável, de acordo com uma notícia publicada no site G1⁷ atualmente existem 730 barragens em Minas Gerais (MG), das quais, conforme avaliação feita em 2015 pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) em Minas Gerais, 19 apresentam risco de rompimento.

Voltamos a 3ª questão lançada – que indagava se diante do acontecimento histórico do rompimento da barragem, a imagem da lama inundando o distrito de Bento Rodrigues (MG) poderia substituir o “enunciado coletivo” do qual nos fala Pêcheux e, de fato, estaríamos diante de um acontecimento discursivo – respondemos sim, não temos dúvidas, estamos diante de um acontecimento discursivo e, podemos conceber dentro dos parâmetros da AD, a referida imagem substituindo o “enunciado coletivo”.

Sabemos que a materialização dos sentidos não se dá somente através do componente linguístico, as imagens também são dotadas de discursividade, logo a materialidade imagética sofre os mesmos efeitos de sentido que a linguagem e, é atravessada por silenciamentos, faltas, ausências, determinações ideológicas, fatores históricos e sociais. Tal como explanaremos no subcapítulo 2.3 *Imagem na Análise de Discurso*.

As considerações de Souza (2001) e Quevedo (2012) em relação à imagem - enquanto materialidade discursiva dotada de significância e atravessada por tendências ideológicas – sustentam o argumento de que a imagem da lama, encobrindo Bento Rodrigues (MG- 2015), é o “enunciado coletivo” e inaugural do fato histórico da tragédia, e rompe com o domínio de saber anterior, estabelecendo assim o *acontecimento histórico /discursivo*.

Instituído o enunciado coletivo, voltemos ao processo de des(identificação).

A partir do rompimento da barragem, observamos ao longo dos meses seguintes, vozes gritantes e denunciadoras da tragédia. Dentre essas, destacamos as charges que

⁷**DEZENOVE BARRAGENS EM MG CORREM RISCO DE ROMPIMENTO.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2016/03/dezenove-barragens-em-minas-gerais-tem-risco-de-rompimento-diz-feam.html>>. Acesso em: 15. ago. 2016.

compõem nosso *corpus* discursivo⁸, e as matérias e reportagens realizadas sobre os sobreviventes/atingidos da tragédia.

Dadas as consequências do rompimento – mortes, soterramento de lama, falta de água, destruição, desabrigados, desalojados, perda total de bens, destruição de prédios patrimoniais, escolas destruídas, impactos ambientais no vale do Rio Doce, impactos ambientais no mar, queda no rendimento dos comerciantes da região, queda no turismo, mudança na vida dos indígenas, mudança na vida dos pescadores, ribeirinhos e agricultores- as vozes dos sujeitos antes inscritos na “FD dos moradores de Bento Rodrigues e arredores”, entram em colisão com a forma-sujeito que regula a referida FD.

São inegáveis as consequências da tragédia na vida desses sujeitos, dessa forma, não há mais espaço para uma superposição entre esses sujeitos e a forma-sujeito da FD. O sujeito não se identifica mais de forma plena e passível com saberes da FD que o domina, tais sujeitos passam a emanar uma voz fortemente discordante que entra em atrito com os saberes que emanam da forma-sujeito; aqui atestamos que o movimento também não se trata apenas de contraidentificação, pois não há espaço possível para a convivência no interior dessa FD. Ocorre então o processo de desidentificação e a posição-sujeito vai procurar guarida em outra FD, no caso, a dos atingidos por barragens.

Dizendo de outro modo, instaurada a nova posição-sujeito “dos sobreviventes e dos atingidos/afetados pelas consequências da tragédia em Bento Rodrigues (MG) e arredores”, novos sentidos antes impossíveis/interditados passam a serem pensados/enunciados/emanados, esses sentidos não podem mais ter como sede o domínio de saber no qual se filiavam. Essa nova posição-sujeito, com tais características, produz uma tensão tão grande nas fronteiras internas da FD, que essa nova-posição desidentifica-se da forma-sujeito.

A nova posição-sujeito passa a inscrever-se na já dada “FD dos sobreviventes e atingidos por catástrofes ocasionadas por rompimentos de barragens no Brasil”, é nessa região de saber que os sobreviventes/atingidos passam a filiar-se. Recapitulemos então: em relação à FD dos moradores, temos uma ruptura/quebra a ponto de instaurar uma desidentificação plena do sujeito com a forma-sujeito que a regula, aqui caracterizamos

⁸ De acordo com Courtine (2006, p. 66) em Análise de Discurso compreendemos *corpus* discursivo como “[...] um conjunto de sequências discursivas estruturadas, de acordo com um plano definido em referência a um certo estado de condições de produção de discurso”.

o *acontecimento discursivo* de que nos fala Pêcheux (1990); em relação à nova-posição sujeito, ela se integra à FD dos atingidos por barragens no Brasil, assim sendo, ocorre no interior dessa FD, uma reorganização de saberes, pois abriga a nova posição.

Do rompimento da barragem de Fundão (MG-2015), surgiu uma nova posição-sujeito no interior da “FD dos moradores de Bento Rodrigues e arredores” (FD que abrigava o discurso dos moradores antes da tragédia), essa posição entra em choque/rompe com a forma-sujeito que regula a FD, Bento Rodrigues (MG) não existe mais, a vida de todos não será mais a mesma, assim essa contra-identificação impulsiona um processo de desidentificação.

Há a ruptura, há o acontecimento discursivo, entretanto, não há a necessidade de inaugurar uma nova FD, pois já existe um domínio de saber (uma FD) capaz de acolher a nova posição-sujeito. Observamos, então, uma ruptura ao ponto de causar a desidentificação e a filiação em outra FD já existente – a dos atingidos por barragens no Brasil.

Enfatizamos que não estamos diante de um acontecimento enunciativo conforme prevê Indursky (2008), pois se tratasse de acontecimento enunciativo, haveria apenas a reorganização interna da FD. Vejamos,

quando certos dizeres, até então interditados em uma determinada FD, são, apropriados e incorporados aos seu saber ocorre um reordenamento/modificação/ estranhamento muito intensos nos seus dizeres e seus sentidos. E, quando isto se dá, podemos estar presenciando a instauração de uma nova posição-sujeito em que se desdobra a forma-sujeito daquela FD, sobretudo com a posição- sujeito dominante, sem entretanto, com ela romper. (INDURSKY, 2008, p.27)

No caso em pauta, os sujeitos se desidentificam plenamente da forma-sujeito que regula a FD, não ocorre uma reordenação de saberes no interior da FD a ponto de desdobrar a forma-sujeito dela e, ampliar a própria FD, a nova-posição sujeito rompe com esta região de saber e passa a filiar-se na FD dos atingidos por barragens no Brasil- é lá que os saberes serão organizados.

Tais apontamentos respondem também a 2ª questão estabelecida: se ocorre mesmo uma ruptura no discurso, o que acontece com os saberes dos atingidos pela tragédia? Se desidentificam da FD dos moradores de Bento Rodrigues (MG) e vão se inscrever em uma nova FD ou, em uma FD já existente no âmbito do *interdiscurso*? Sim, ocorre a ruptura e a filiação em outra FD.

Após mobilizarmos as condições de produção do acontecimento histórico e questões relativas às noções de acontecimento discursivo (PÊCHEUX, 1990) e acontecimento enunciativo (INDURSKY, 2008), assim como tecermos reflexões sobre o acontecimento histórico do rompimento da barragem, passaremos, no capítulo seguinte, a tratar do discurso chargístico e suas implicações.

2 CHARGE

Ao abrimos as páginas de um jornal, revista, ou até mesmo acessarmos um site jornalístico ou de mídia alternativa deparamo-nos com uma série de ilustrações, essas podem ser fotografias, desenhos, caricaturas, cartuns e charges. A charge se configura como um tipo de ilustração que tem por objetivo relatar, denunciar, satirizar acontecimentos atuais.

No estudo de Machado (2000, p.40), encontramos a seguinte definição: a charge “defini-se como um desenho crítico, um desenho contestatório que reivindica alguma coisa. A charge é uma palavra francesa que significa carga, é um desenho pesado, crítico que tem características temporárias momentâneas”, em consonância Santos (2012b) explana que a charge é “um comentário ilustrado feito com base em um fato recente que tenha se tornado notícia publicada em jornais diários e revistas semanais, ou veiculada em telejornais”. (p. 80)

De acordo com Romualdo (2000), os grandes jornais de circulação no Brasil apresentam diferentes tipos de texto, esses possuem características e funções próprias do universo jornalístico. Os textos destinados a informar os leitores sobre determinados acontecimentos do país e do mundo, são conhecidos como jornalismo informativo. A notícia, a reportagem e a entrevista, por exemplo, estão dentro do jornalismo informativo.

Já os textos destinados a não só informar, mas também apresentar uma opinião, criticar algum acontecimento ou personagem de destaque, estão dentro do que se caracteriza como jornalismo opinativo. São exemplos de jornalismo opinativo: editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, carta e charge.

Sendo assim, o discurso chargístico, jornalismo de opinião, prende facilmente a atenção dos leitores, pois é uma imagem de rápida leitura que transmite múltiplas informações de maneira condensada, além disso, diferencia-se dos demais textos por fazer crítica usando de forma constante o humor. (ROMUALDO, 2000, p. 5)

Para caracterizarmos o texto chargístico, torna-se relevante distinguirmos o que é *charge*, *cartum* e *caricatura*. Devido ao desconhecimento das particularidades específicas dessas formas de ilustração, por vezes, muitas pessoas, durante o gesto de interpretação, não conseguem delimitar qual gênero estão lendo.

Conforme Machado (2000), a arte de caricaturar é muito importante, haja vista que uma das suas funções é o ridículo. Ainda serve para: marcar uma época, um fato

social ou uma personalidade. Nos primórdios de seu aparecimento, caracterizava-se por ser uma forma de protesto livre de regras estéticas, após, com sua evolução, passou a ser considerada arte e forma de expressão. “Incontestavelmente, ela possibilita verdadeira incursão no procedimento moral, físico e mental dos caricaturados, sendo o mais perfeito, minucioso relatório do caráter da sociedade de qualquer tempo”. (MACHADO, 2000, p. 39)

Romualdo (2000, p.19) resgata uma noção ampla de *caricatura*. De acordo com essa noção abrangente, a caricatura é definida como arte de caricaturar. Sua finalidade é o humor e se manifesta através do desenho, da pintura, da escultura. Dentro dessa noção ampla de caricatura, Romualdo inclui outras, tais como: a charge, o cartum, o desenho de humor e a caricatura.

A caricatura – no sentido comum – corresponde a representações do corpo humano com formas humorísticas, grotescas, deformadas e cômicas. Ela é um elemento visual que constitui o discurso chargístico, pois percebemos nas charges a presença de caricaturas de políticos, presidentes, ministros e diferentes personalidades nacionais e/ou internacionais ligadas a questões problematizadas pela sociedade.

O desenhista cria a deformação caricatural através do hiperbólico das linhas, o exagero com que são descritas as formas físicas do sujeito que está sendo caricaturado, possui o objetivo de acentuar os traços mais marcantes de sua personalidade, destacando e/ou ridicularizando pontos positivos e negativos. (ROMUALDO, 2000, p. 27)

Para Romualdo (2000, p.27), “a caricatura nos faz ver além do simples referente. Carregada de subjetivismo, apresenta, pela deformação, informações subjacentes que nos levam a um julgamento de valor.” Dessa forma, dentro do que estabelece a AD pecheuxtiana, pensamos a caricatura, o cartum e a charge enquanto elementos dotados de discursividade, pois cada traço faz ecoar determinados efeitos de sentido.

Já o cartum – uma das manifestações da caricatura no sentido amplo - é definido como uma historieta gráfica (desenho) cuja finalidade é provocar o riso com base na crítica irônica, satírica humorística do comportamento humano e é atemporal. Ao passo que a charge é temporal, focaliza uma realidade momentânea, geralmente ligada a fatos e figuras políticas (ROMUALDO, 2000). Tal definição também encontramos em Santos (2012b), segundo ele o cartum “ao contrário da charge, permanece engraçado mesmo depois de décadas de sua publicação, porque aborda situações atemporais, privilegiando o comportamento humano e suas contradições” (p.81).

As charges que compõem o *corpus* discursivo desta pesquisa foram vinculadas em diferentes sites na internet no espaço de tempo que compreende de novembro a dezembro de 2015, período no qual a tragédia em Mariana (MG) estava no ápice de seu acontecimento. Esse fato comprova a temporalidade e momentaneidade com que o discurso chargístico emerge, tal como propõe Romualdo (2000).

Em relação a sua estrutura, as charges podem ser constituídas pela imagem em si (o não-verbal) ou pela relação entre verbal e não-verbal, de forma que um sirva de complemento e auxílio para o outro, ou esses elementos podem contrapor-se. No que se refere somente ao verbal, a materialidade linguística presente nas charges pode aparecer, assim como nas histórias em quadrinhos, dentro de balões ou não, indicando a fala de personagens.

Ainda, reiteramos que a charge em si já é um gesto de interpretação de quem a produziu, nesse sentido, para discorrer sobre a interpretação nos ancoramos em Orlandi (2001, p.19) que parte de três pressupostos importantes: “a. não há sentido sem interpretação; b. a interpretação está em dois níveis: o de quem fala e o de quem analisa, e c. a finalidade do analista não é interpretar, mas compreender como o texto funciona”.

Dessa forma, a autora estabelece que a interpretação se relaciona com a materialidade da linguagem e, levando em conta que as diferentes linguagens significam de formas distintas o que ocorre, no ato da leitura, são gestos de interpretação distintos. Ainda, a *interdiscursividade*, a relação entre discursos, é característica fundamental do discurso chargístico, porém discorreremos sobre isso mais adiante.

2.1 Efeitos de sentido na charge: o atravessamento do humor, da ironia e do político

Um dos principais recursos empregados pela indústria cultural - a partir do século XVIII, quando ocorreu a revolução industrial e se consolidava o capitalismo-, para seduzir/interpelar os sujeitos receptores-consumidores é o *humor*. Assim o efeito de *humor* passa a ser veiculado nos meios de comunicação em massa, por exemplo, nos jornais e revistas por meio da caricatura, da charge, do cartum e da História em Quadrinhos, no cinema, na rádio, na televisão e em sites de humor que podem ser acessados pela internet. (SANTOS, 2012a)

Na publicidade, o *humor* tem papel fundamental, é usado para fixar a mensagem e chamar a atenção do consumidor, pois

em uma sociedade que se afasta dos ditames morais e das amarras religiosas, na qual o hedonismo e o consumo são incentivados, onde há promessas incessantes de prazer, e que o riso não é apenas permitido, mas estimulado e exigido, o humor transforma-se em ferramenta de marketing a serviço da venda. Na sociedade do espetáculo e do devaneio, o humor pode ser comprado para ser usufruído por um determinado prazo. (SANTOS, 2012a, p.43)

Entretanto, além de ser considerada uma ferramenta do marketing publicitário, o *humor* é reflexo das contradições do ser humano e da sociedade atual, ele não serve apenas para o entretenimento, mas também para criticar modismos e ideias estabelecidas, e é esse caráter do *humor* que nos interessa: o funcionamento discursivo do efeito de *humor* no discurso chargístico, tomado como mecanismo para interpelação ideológica do sujeito leitor e como modo para denunciar/criticar/debater problemáticas sociais/econômicas/políticas e figuras de representação política e pública. No caso de nossa análise, nos interessa o *humor* como uma das possibilidades do atravessamento do político.

Para o filósofo Bergson (1993), em seu estudo sobre o riso, o efeito do *riso* tem surgimento nas ações humanas praticadas dentro da sociedade, pois “não há comicidade fora do que é propriamente humano” (p.7), o homem é um animal que ri e faz rir. O autor define dois traços indispensáveis do riso: *insociabilidade* e *insensibilidade*. Insociabilidade porque se ri do indivíduo não adaptado à sociedade (fora dos padrões), e insensibilidade porque rimos de alguém que não nos espira piedade e afeição “o maior inimigo do riso é a afeição” (p. 7).

O riso é proveniente da inteligência e não da emoção, “o riso é, antes de tudo, um castigo. Feito para humilhar, deve causar à vítima dele uma impressão penosa. A sociedade vinga-se através do riso das liberdades que tomaram com ela” (p.92), rimos do indivíduo, das convenções sociais, do comportamento inapropriado, da inconveniência das palavras etc.

Ao trazer uma definição de *humor*, o autor destaca a “indiferença em relação ao mal, acentua-se o humor, pelo contrário, descendo-se cada vez mais baixo no interior do mal que é para lhe notar as particularidades com mais fria indiferença” (p. 68), o mal passa a ser visto como motivo para rir, daí então a possibilidade do humor negro, do sarcasmo e da ironia, a isso acrescentaríamos a denúncia de fatos ocorridos na sociedade.

De acordo com Del Ré (2011), a *ironia* é uma figura de pensamento, segundo a qual, se diz com sarcasmo o contrário do que se pensa ou sente, o movimento irônico

pode ocorrer por pudor em relação a si mesmo, ou com intenção de depreciar e fazer sarcasmo em relação ao outro. Para a autora, outro procedimento observado na *ironia* é a “transposição estilística”, isto é, existe a brincadeira dita de modo triste e o triste dito de modo alegre.

Ainda, a ironia é retórica e pode ser dramática, ao passo que o humor, geralmente “examina automaticamente seu objeto, desce até o mais fundo da vulgaridade, da estupidez, do mal, com a fria e aplicada indiferença com que se executa uma autópsia, como se fosse certificar-se de que falta a ideia” (p.45), daí constata-se que “a ironia começa seriamente e acaba rindo, o humor começa rindo e termina em seriedade” (DEL RÉ, 2001.p. 45).

De acordo com Orlandi (1983 p. 2), a “reflexão sobre a ironia leva-nos à compreensão de que, para o estudo da significação, importa tanto aquilo que é construção como o que é processo de autodestruição do sentido”, isto é, “a destruição do sentido também é um processo constitutivo da linguagem”.

Pela ironia, questiona-se a natureza da linguagem, questiona-se a inserção no senso comum, questiona-se o funcionamento da ideologia e a própria constituição da significação. E, ao questionar, põe-se em funcionamento mecanismos que impedem que a linguagem estacione e pare de significar (Orlandi, 1983, p. 92).

Dessa forma, dentro da pesquisa realizada, consideramos os possíveis efeitos de ironia, instaurados na formulação das charges, como artifícios utilizados para questionamento, denúncia, no que tange ao acontecimento da tragédia e os problemas sociais, econômicos e ambientais desencadeados por ela, assim a ironia é uma das possibilidades de atravessamento do “político” no discurso chargístico.

Santos (2012a) comenta que mesmo nas épocas dos regimes ditatoriais, nos quais eram exercidos grandes controles ideológicos, e com a produção cultural (cinema, televisão, rádio, literatura, música, jornal, revistas) sendo controlada pelos interesses da ditadura e do comércio, o *humor* continuava a ser corrosivo, “expondo a verdadeira face do ser humano, aquilo que, sob a aparência sério e formal, ele tem de mais ridículo” (p. 44), isto é, para compreendermos o *humor* nessa época da comunicação em massa “faz-se necessário perceber o quanto ele é crítico e como aponta para os defeitos enquanto provoca o riso” (p.44).

Com base em Santos (2012a), teceremos um breve histórico do surgimento do *humor* nos meios de produção cultural do Brasil.

1º) Em 1908, surge a comédia cinematográfica brasileira, com o filme “Nhô Anastácio chegou de viagem”;

2º) Em 1930, começa a se popularizar a radiodifusão, quando o governo de Getúlio Vargas permitiu que as emissoras divulgassem anúncios publicitários e comerciais. Dessa forma, os programas de humor e drama na rádio foram importantes para conquistar os ouvintes;

3º) Em plena ditadura militar no Brasil em 1970, mesmo com as restrições impostas ao cinema surgiu o pornô chanchada um filme malicioso que apresentava como personagens o homossexual, o marido traído, e a vizinha ou empregada sedutora;

4º) A partir de 1950, com o início das transmissões televisivas, os programas humorísticos da televisão tomaram o lugar dos transmitidos pela rádio.

Santos (2012a) aponta que atualmente as mais variadas formas de humor podem ser encontradas em sites da internet, como por exemplo, as charges e cartuns eletrônicos, assim, conforme os dados apresentados, no início do século XXI, o *humor* encontrava-se disseminado em todos os ambientes.

Para Del Ré (2011), é difícil definir e estabelecer características próprias do humor e da ironia haja vista os vários estudos e pesquisas realizados por filósofos e pesquisadores que problematizaram essas questões ao longo dos séculos, sendo assim, com base na teoria discursiva que nos filiamos, consideramos a ironia, o sarcasmo, a derrisão (zombar de alguém), como elementos enunciativos que contribuem para a instauração de efeito humorístico nos textos chargísticos que analisaremos. Ainda, ao longo de nossa pesquisa, compreendemos a charge como espaço de denúncia e o humor como uma das possibilidades de atravessamento do político e como modo dos artistas denunciarem a tragédia.

As ilustrações – charges, desenhos, cartuns, caricaturas - começaram a ser utilizadas pelos jornais impressos, ao longo da história, quando passaram a ser aperfeiçoadas técnicas de reprodução de imagens e, quando o interesse do público para consumir jornais ilustrados aumentou.

Com base em Romualdo (2000), é difícil precisar o momento no qual as imagens começaram a ser utilizadas como forma de expressão e força política. Em 1835, pela primeira vez, uma gravura foi utilizada para ilustrar uma reportagem nos Estados Unidos (USA), criada por James Gorden Bennett, ela tentou mostrar a bolsa dos comerciantes em Nova York (USA).

Em 1895, o teor crítico do discurso chargístico ganha visibilidade no jornal americano *World* com a criação do personagem Yellow Kid, desenhado por Richard Fenton Outcault (USA). Entre os franceses, o uso de ilustrações em notícias começou com a revolução de 1798; no Brasil (BR) assim como nos Estados Unidos (USA) e na França (FR), as ilustrações foram ganhando espaço nos jornais ao longo da história.

Já no Brasil, a arte da caricaturar (no sentido amplo) teve surgimento em 1837, e dado ao aparecimento de alguns jornais, esse tipo de manifestação teve um espaço de divulgação cada vez maior. Preocupados em produzir trabalho com qualidade, os caricaturistas, no Brasil, buscaram por aprimoramentos nesse tipo de arte, haja vista que a caricatura era vista como arte menor.

Essa visão em relação à caricatura se dava, principalmente, devido ao seu caráter provocador, irônico, ridicularizador. A busca pelo aprimoramento na produção e por maior abrangência de divulgação, fez com que os caricaturistas brasileiros passassem a trabalhar com a charge - um tipo de caricatura, tal como definiu Romualdo (2000).

Em 1964, época da ditadura no Brasil, de censura e repressão, a charge ganhou força enquanto mecanismo revelador e denunciador da crise que estava ocorrendo na sociedade. Dessa forma, ela assumiu um papel de resistência, foi neste contexto que surgiram chargistas famosos, tais como: Ziraldo, Henfil, Jaguar, entre outros.

Para Cavalcanti (2013, p.26), “o grande volume de produção das charges está intimamente ligado, entre outras questões, à necessidade do ser humano em produzir críticas ao sistema sócio-político no qual se encontra inserido”, percebemos assim, que a necessidade de criticar e/ou denunciar fatos que envolvem figuras de grande representatividade política ou, problemas que afetam determinada sociedade, fez com que a ilustração (mero desenho) passasse a ser utilizada como uma forma de protesto em que sentidos outros pudessem retornar ao fio do discurso; atestamos aqui o atravessamento do discurso político na charge.

2.2 Charge eletrônica

No início deste capítulo tratamos de questões referentes ao surgimento da charge e das características composicionais desse tipo de texto, especificando sua natureza política – político tomado como relações de força, discurso de luta, denúncia – contudo, considerando as condições de produção das charges que compõem nosso *corpus*

discursivo, e o local de circulação delas - diferentes sites na internet – torna-se necessário debruçarmo-nos sob o funcionamento das charges eletrônicas.

O discurso chargístico surgiu atrelado ao texto jornalístico. No decorrer da história das ilustrações, percebemos que, aos poucos, as imagens passaram a ser utilizadas e/ou associadas a matérias, reportagens, como forma de denúncia, crítica, humor, ironia, entre outros. Atualmente, devido à quebra dos limites da internet, a charge passa a circular no meio virtual em blogs, sites e redes sociais de relacionamento.

Em meio a tudo isso, a concepção tradicional de charge passa a ser (re)significada, pois a circulação do discurso chargístico torna-se de maior proporção e alcance. Levando em conta que o *corpus* discursivo da presente pesquisa é composto por charges publicadas em sites na web, passamos então discorrer sobre a *charge eletrônica*.

Mittmann (2008) aborda o tema das (re)significações ocorrentes no *ciberespaço*. Nesse sentido, a autora comenta que a incidência da mídia na vida dos sujeitos, principalmente a incidência do *ciberespaço*, faz emergirem novas discursividades, conduzindo pesquisadores/estudiosos a proporem novas reflexões em relação a essas (re)significações.

Tal pensamento vem ao encontro de nossa proposta, já que a charge – tradicionalmente associada ao jornal e à revista, passa a ser disseminada frequentemente e de forma solta, desvinculada de matérias e reportagens. Nesse sentido, o leitor é que precisa estar atento às matérias, reportagens, às condições de produção do fato tratado na charge para produzir sentido; exige-se aqui um leitor mais qualificado, que conheça as condições de produção da charge em pauta, mobilizando saberes da memória discursiva, para produzir sentidos.

Para compreendermos o termo *ciberespaço* recorreremos a Levy (1999), um dos primeiros autores que refletiram sobre o assunto e, cuja obra consideramos atual, pois dá conta de aclarar o termo. De acordo com o escritor, o *ciberespaço* pode ser compreendido como,

o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura (sic) material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. (LEVY, p. 15-6)

Nessa perspectiva, o termo não se restringe à existência física de computadores, *ifones, ipds, notebooks* e tantos outros mecanismos facilitadores da interconexão, mas também se refere ao universo digital de intercomunicação que abrange; universo esse que abriga a presença humana e uma pluralidade infinita de informações.

Sob o ponto de vista discursivo, ancorando-nos em Mittmann (2008), compreendemos o *ciberespaço* não só como local de armazenagem e circulação de discursos, mas também como lugar de produção discursiva que abarca modos de organização, articulação e recepção.

Em razão da não limitação do *ciberespaço* à infra-estrutura, e por ele ser um local de produção e circulação de discursos, surge o termo *cibercultura*. Para Levy (1999, p. 17), a *cibercultura* “especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamentos e de valores que se desenvolvem juntamente com o desenvolvimento do ciberespaço”.

E é em meio ao *ciberespaço* que as charges eletrônicas circulam. Elas são produzidas com o mesmo objetivo das charges convencionais: o de estabelecer uma crítica/denúncia de fatos da atualidade por meio de humor e/ou ironia. Ainda, elas possuem ampla circulação.

A charge eletrônica, assim como as jornalísticas, mantém a mesma estrutura sobre a qual discorreremos no início deste capítulo. Diferem, no entanto, na forma de publicação e circulação. As charges geralmente aparecem em jornais e revistas e tratam de assunto que estão em destaque na referida edição. No caso da charge eletrônica, ela pode aparecer de duas maneiras. A 1ª já referida mais acima, ocorre quando a charge passa a ser publicada em sites na internet sem estar junto de matérias, notícias e reportagens – exige maior empenho para o leitor produzir sentido -; a 2ª ocorre quando o discurso chargístico eletrônico é publicado associado a material linguístico que se refira ao acontecimento tratado na charge.

O texto chargístico impresso, muitas vezes, pode ser de acesso difícil para pessoas de baixo poder aquisitivo. Contudo, com o advento da internet e do *ciberespaço*, a circulação das charges aumentou e o acesso se proliferou, um exemplo forte desse fácil acesso é a criação do site <charges.com.br> de Maurício Ricardo, onde são disponibilizados quase que diariamente, de forma gratuita, novos materiais.

Um dos aspectos negativos do discurso chargístico na internet é que ele passou a ser disseminado, em casos isolados, como por exemplo, como no site *facebook*, desvinculado de matérias e ou/reportagens relativas ao assunto tratado na charge. Dessa

forma, se o sujeito não possuir conhecimento sobre o assunto abordado na charge, não conseguirá buscar no *interdiscurso* elementos já-ditos que o auxiliem na produção dos sentidos, ele até poderá chegar ao *interdiscurso* através de algum enunciado que esteja ao redor da charge, mas mesmo assim terá o gesto de interpretação, por vezes, limitado.

2.3 Imagem na Análise de Discurso

A materialização dos sentidos não se dá somente através do componente linguístico, as imagens também são dotadas de discursividade, nesse sentido, em nossas análises, destacaremos os efeitos de sentido produzidos pelas charges que compõem nosso *corpus*, concebendo-as como materialidade discursiva. Os discursos materializados em imagem, também representam um *corpus* de relevância a ser estudado nas pesquisas em Análise de Discurso.

Em seus primórdios, as pesquisas em AD na França se limitavam a estudos do discurso verbal político (oral ou escrito), ao contrário dos estudos atuais, nos quais os campos de interesse da AD são abrangentes, principalmente, nas pesquisas realizadas no Brasil. Ressaltamos, contudo que, apesar de não existir um método analítico para as imagens nessa época, as preocupações com o tratamento da imagem já estavam presentes em algumas discussões do grupo liderado por Pêcheux. (QUEVEDO, 2012, p. 101).

Quevedo (2012), ancorando-se em Pêcheux, estabelece, dentro dos parâmetros da AD, um método analítico para os discursos textualizados em imagens. Dessa forma, aqui tomaremos alguns pontos destacados em seu estudo como embasamento teórico que nortearão nossas análises.

Conforme aponta Quevedo (2012), as imagens sofrem os mesmos efeitos de sentido que a linguagem, isto é, a interpretação de uma imagem deve ser construída através da relação com outras imagens. Ainda, é importante comentar que as imagens são atravessadas por silenciamentos, ausências, posições ideológicas, fatores históricos e sociais.

Quevedo (2012) estabelece que a noção de imagem, sob a perspectiva discursiva da linguagem, pode ter duas significações, a primeira, conforme o autor, é imagem como sendo “a materialidade visual da textualização de um discurso” (p.101), a segunda, “o resultado da produção de um recorte no imaginário acerca de X” (p.101), sendo esta segunda o foco de seu trabalho, e sobre a qual nos guiaremos.

Ao tomar uma imagem como objeto de estudo, devemos levar em conta que ela já é uma interpretação de quem a produziu. Quevedo (2012) compreende que a leitura de uma imagem é a construção de outra imagem. Segundo o autor, isso ocorre porque não temos acesso ao objeto empírico em si (real/bruto), temos acesso apenas à leitura que é realizada sobre ele, ou seja, nossa relação com a imagem-OE (objeto empírico) é a maneira como formulamos e materializamos a interpretação daquilo que estamos visualizando. Assim, as informações evidenciadas derivam do fato de aceitarmos que cada sujeito-leitor produz uma leitura ou imagem distinta, a partir de uma mesma imagem-OE.

Nesse sentido, ao tratarmos das charges produzidas sobre o rompimento da barragem Fundão/MG, daremos à imagem o mesmo conceito proposto por Quevedo (2012, p. 125) em seu exercício de interpretação, que é a imagem “como produção de um imaginário instaurado por um gesto de interpretação realizado sobre a formulação visual”, em outras palavras, a imagem enquanto objeto empírico será compreendida como gesto de interpretação de um sujeito autor.

Também buscamos embasamento em Souza (2001) que propõe desenvolver, dentro dos parâmetros da AD, perspectivas direcionadas ao estudo da imagem levando em consideração o não-verbal - materialidade das imagens – almejando a construção de um novo campo de descrição para o não-verbal.

Souza (2001) fala sobre a generalização que existe em restringir o processo de significação de imagens sob dois modos de operacionalização. O primeiro consiste em abordar a imagem enquanto signo linguístico, discutindo questões relativas à arbitrariedade do signo, à referencialidade ou à imitação. De acordo com a autora, destacam-se aqui, principalmente, trabalhos oriundos do pensamento saussuriano, nos quais, o signo linguístico (duas faces: significante/ significado – caráter de arbitrariedade) é a base de análise de todo elemento de significação.

Já o segundo, consiste em analisar a imagem direcionando o olhar para traços (estruturais) específicos que a compõe, como: cor, sombra, textura, profundidade, verticalidade estabilidade, entre outros. Em ambos os processos, ocorre descrição formal da imagem, desconsiderando “a materialidade significativa da imagem na sua dimensão discursiva” (SOUZA, 2001, p. 5); processos que não se enquadram na perspectiva da AD.

Para Souza,

Ao se pensar a imagem através do verbal, acaba-se por descrever, falar da imagem, dando lugar a um trabalho de segmentação da imagem em unidades

discretas. A palavra fala da imagem, a descreve e traduz, mas jamais revela a sua materialidade visual. Por isso mesmo, uma ‘imagem não vale mil palavras, ou outro número qualquer’. A palavra não pode ser moeda de troca das imagens. É a visibilidade que permite a existência, a forma material da imagem e não a sua co-relação com o verbal. (SOUZA, 2001, p. 6)

Isto é, analisar uma charge, levando em conta apenas a superfície linguística, direciona o analista para uma análise de conteúdo (língua enquanto transparência), o que foge ao modelo teórico da AD, que propõe uma dessuperficialização da materialidade linguística (do empírico/ao discursivo), atentando para saberes já-ditos oriundos do interdiscurso, bem como aos deslizos, falhas, silenciamentos, fatores sociais e históricos que afetam a linguagem, entre outros - relacionar a linguagem a sua exterioridade.

Ou seja, “o trabalho de interpretação da imagem, como na interpretação do verbal, vai pressupor também a relação com a cultura, o social, o histórico, com a formação social dos sujeitos” (SOUZA, 2001, p. 9), a autora ainda aponta para o que chama de recursividade da imagem.

A interpretação de uma imagem, através do olhar, resulta na produção de outras imagens pelo sujeito leitor. Produção possível devido à incompletude que afeta a linguagem (verbal/não-verbal). A incompletude aponta para a recursividade que diz respeito à possibilidade de recortar, pelo olhar, um dos constituintes de uma imagem e assim produzir, sucessivamente, outras imagens. Essa noção de incompletude aponta para o fato de que nem os sujeitos, nem a língua estão completos. Isto é, ela é

condição da linguagem nem os sujeitos nem os sentidos, logo, nem o discurso, já estão prontos e acabados. Eles estão sempre se fazendo, havendo um trabalho contínuo, um movimento constante do simbólico e da história. (ORLANDI, 2005, p. 37)

Na tensão entre linguagem verbal e não-verbal Souza (2001) estabelece a impossibilidade de apreendermos o discurso imagético, delimitando-se à análise contedística do verbal, pois devemos trazer o não-verbal através do verbal. Assim,

A interpretação do texto não-verbal se efetiva, então, por um efeito de sentidos que se institui entre o olhar, a imagem e a possibilidade do recorte (e não exclusivamente do segmento), a partir das formações sociais em que se inscrevem tanto o sujeito-autor do texto não-verbal, quanto o sujeito-espectador. Do ponto de vista ideológico, a interpretação da forma material da imagem pode se dar a partir da ausência (silenciamento) de elementos próprios da imagem dando lugar aos apagamentos de natureza ideológica. (SOUZA, 2001, p. 10)

De acordo com a teoria que nos sustenta, não olhamos para uma imagem com o intuito de apenas descrevê-la, e sim tentando estabelecer relações de sentido e perceber como aquela imagem/ texto não-verbal significa enquanto objeto simbólico. Com base em Quevedo (2012) e Souza (2001), entendemos que a leitura de uma imagem exige olharmos para aquilo que não está visível, que está ausente, mas que incomoda e ali significa. Afinal, podemos perceber esse silenciamento enquanto discurso.

Do mesmo modo que o discurso (em sua materialidade verbal) é opaco, a imagem na AD também é opaca e reconhecida como um objeto a ser lido; assim como está sujeita às mesmas condições sócio-históricas próprias, constituídas por relações interdiscursivas. (CAVALCANTI, 2013, p. 45)

Procurando compreender o funcionamento discursivo das charges que compõem nosso *corpus*, tentaremos para o fato de que o discurso chargístico é composto, em grande maioria, pela união do verbal (o linguístico) com o não-verbal (o imagético). E é essa conciliação que, inúmeras vezes, possibilita a instauração dos efeitos: humorístico, denunciador, crítico e irônico na charge. (CAVALCANTI, 2013)

Souza (2001) também aponta a possibilidade de compreendermos os elementos visuais como operadores discursivos, essa compreensão é uma condição necessária para: desvincularmos o tratamento da imagem somente pelo viés do verbal e rejeitar métodos que alinham o verbal pelo não-verbal.

A leitura da imagem não pode ser restrita à materialidade linguística, pois é possível desvelar efeitos de sentidos produzidos pela imagem social/historicamente determinada, bem como pela união do verbal (o linguístico) com o não-verbal (o imagético).

2.4 Análise de Discurso e o político

As charges que constituem nosso *corpus* discursivo são fortemente atravessadas pelo político, isso ocorre através de possíveis sentidos de luta, denúncia, reivindicação, crítica, que emergem ao empreendermos os gestos de interpretação. Sendo assim, torna-se interessante explicar como a AD trata do político, tal como passamos evidenciar.

Nos seus primórdios, a AD - tal como foi fundada na França no final dos anos 60, início dos anos 70 - tomou como único objeto de análise o discurso político. O

referido maio de 68 ficou conhecido pelas greves gerais (escolas e universidades paradas, ocupações em fábricas) e por protestos. O trabalho de Pêcheux propôs desterritorializar fronteiras da linguística e da história, numa perspectiva marxista.

Os eventos de 68 “produziram um agravamento do fluxo dos discursos políticos tanto nas paredes quanto nas ruas. Mas também no trabalho acadêmico [...]” (COURTINE, 2006.p. 61). A problematização do discurso político, como centro dos interesses da AD francesa, é simultânea ao cenário político da época.

Em contrapartida, em alguns países o interesse pelo texto como objeto de estudo era evidente, por exemplo: Alemanha (construção de gramáticas de textos, para tratar coordenação, co-referência, o fio do discurso); Estados Unidos (trabalho de Harris sobre enunciado); semióticas voltadas ao texto. Diferentes modalidades de textos eram analisadas por métodos distintos, ao passo que na França, ocorria um movimento de aplicar, esses métodos, ao discurso político. (COURTINE, 2006)

Courtine (2006) comenta que o sujeito do discurso político é, em sua constituição, mais complexo do que o sujeito falante do qual falavam as outras teorias linguísticas. Isso, porque o sujeito enunciativo do discurso político está assujeitado a,

um todo de muitas condições de produção e recepção de seu enunciado. Ele é o ponto de condensação entre linguagem e ideologia, o lugar onde os sistemas de conhecimento político se articulam na competência linguística, diferenciando-se um do outro, mesclando-se um ao outro, combinando com um outro ou afrontando-se em uma determinada conjuntura política. (COURTINE, 2006. 64)

É no discurso que se estabelece uma relação entre os elementos do discurso e a exterioridade que lhe é constitutiva. Ainda, de acordo com o autor, para a extração de um *corpus* de discurso político, devemos, em primeira instância, delimitar *o campo discursivo de referência* no qual se situa o discurso em pauta, esse campo refere-se a que tipo de discurso se trata, onde nasce (no interior da conjuntura política X, entre outros).

Ainda, “todo discurso político deve ser pensado como uma unidade dividida, dentro de uma heterogeneidade em relação a si mesmo, que a análise do discurso político pode ser capaz de traçar” (COURTINE, 2006, p. 68), isto é, os grupos políticos distinguem-se entre si e em si mesmos, um partido político difere de outros por x aspectos, mas também há divergências e embates no seu interior.

No caso de nossa pesquisa, não estamos tratando de um discurso político nos moldes do pensado no início da AD. Mas, com certeza, estamos diante de charges que são da ordem do político enquanto representativo das relações de força que estão em embate. As charges publicadas sobre a tragédia em Mariana (MG), seu subdistrito Bento Rodrigues (MG) e arredores, logo após o rompimento da barragem Fundão (MG-2015), estão diretamente ligadas à necessidade de denúncia e crítica às empresas responsáveis pela barragem – que não possuía sistema de alertas contra possíveis rompimentos –, denunciar as drásticas consequências sofridas pelas populações ao longo do Vale do Rio Doce, pelo meio ambiente, clamar por posicionamentos/atitudes de figuras e órgãos políticos e, alertar para as situações que estavam acontecendo lá.

As ações dos verbos criticar/denunciar/clamar /alertar atribuídas ao discurso da charge, tentam, de certa forma, acordar o povo para tal situação e desencadear discussões que impulsionem medidas para ajudar os sobreviventes/ afetados, auxiliar na amenização de uma demanda social, tal como vemos em Pêcheux ao comentar que

o instrumento da prática política é o discurso, ou mais precisamente, que a prática política, tem como função, pelo discurso, transformar as relações sociais reformulando a demanda social. (PÊCHEUX, 2010, p. 24)

E, nesse sentido, se a prática política tem por função transformar as relações sociais através do discurso, a charge é um tipo de discurso fortemente marcado/atravessado pelo político.

O fato empírico da tragédia, em um cenário capitalista visando ao lucro através da exploração do minério de ferro – atividade realizada por meio de licenças dadas pelo Estado - e, tensões estabelecidas entre os discursos oriundos dos sobreviventes/afetados pelo rompimento, discursos provenientes da mineradora Samarco e suas acionistas Vale S.A e BHP Billiton, bem como decisões tomadas pelo MPF até então, constituem o nosso *campo discursivo de referência*, campo esse fortemente marcado pelo político.

Em relação ao aspecto histórico do conceito de discurso político Cavalcanti (2013, p. 20) explica que

[...] o que hoje se considera discurso político não o era outrora. Indiscutivelmente, o caráter institucional sempre esteve presente em tal caracterização. Mudaram, no entanto, os *meios* através dos quais se fala (se antes tínhamos comícios em praça, nos quais o enunciador empenhava-se em fazer com que todos o ouvissem, hoje temos diversas outras instâncias de propagação de voz política, a televisão, o jornal impresso, a internet, que a *mediam*). (CAVALCANTI, 2013, p. 20) [Grifo nosso]

Dentre instâncias/meios propagadores de discurso político concebemos o discurso chargístico, não como um meio através do qual se fala - acepção que deixamos para os sites eletrônicos nos quais foram publicadas as charges de nosso arquivo -, e sim como textos sobre o qual se instaura o atravessamento do político, devido a sua natureza polêmica e contestadora já que o “discurso político, no seu funcionamento polêmico do discurso, representa os efeitos da luta ideológica no funcionamento da linguagem” (CAVALCANTI, p. 23).

Dadas as referidas formulações teóricas sobre o político na AD e, dadas as condições de produção do discurso chargístico, muito mais do que o funcionamento do humor e da ironia, enfatizamos que o interesse em nossa pesquisa é justamente isso – compreender como o político, entendido como relações de força que se estabelecem pelo discurso, emerge no texto chargístico. Observemos, a título de exemplo, a seguinte charge:

FIGURA 2



Disponível em: < http://1.bp.blogspot.com/-F_jKr-cUUU0/VkxPWkldnUI/AAAAAAAAAPmo/qzH20mUX9WQ/s1600/edra.jpg >

Na **SDR2** temos caricaturas da ex-presidenta do Brasil, Dilma Rousseff e do Deputado Federal Eduardo Cunha. Para fins de análise, adotamos a seguinte montagem discursiva: enunciado I - “Esqueceram de nós. . . hahaha”; enunciado II – “Je Suis Paris

e Mariana”; enunciado III – “lavajato, inflação?, crise, pixuleco, impeachment, delação premiada, Petrobras”; enunciado IV - “corrupção, ajuste fiscal, impunidade, cassação, mensalão, desemprego, violência”.

Nesta imagem temos as caricaturas de Dilma Rousseff e Cunha e, materializa-se na charge, um discurso denunciador que traz para discussão questões problematizadoras do cenário político/ econômico/ atravessado pelo país em 2015 (Enunciado III e IV). Na charge, as duas caricaturas riem e mantêm o olhar uma para a outra, como se estivessem de costas para as questões que os envolvem. Ainda, ao observarmos o formato das cabeças, percebemos que formam juntas, o símbolo da acionista Vale.

No enunciado I “esqueceram de nós . . . hahaha” temos a presença do verbo esqueceram (conjugado no pretérito perfeito do indicativo/ na terceira pessoa do plural “eles”), temos também um sujeito oculto/elíptico expresso, implicitamente, pelo impreciso “eles”, que emerge para o fio do discurso aos nos indagarmos quem são eles que esqueceram de nós?.

A ocultização desse sujeito, a imprecisão marcada pelo pronome “eles”, nos permite pensar em possibilidades de preenchimento: “eles brasileiros(as)” “eles trabalhadores(as)”, “eles desempregados(as)”, “eles estudantes(as)”, “eles desfavorecidos” “eles Supremo Tribunal Federal”, ocorre um apagamento do sujeito, dadas essas possibilidades, pensemos no retorno do pré-construído de que a mídia enfoca exaustivamente em determinados acontecimentos, a fim de desviar o olhar da população dos problemas políticos/ econômicos/ sociais, que assolavam o país.

Na charge o enunciado II “Je Suis Paris e Mariana”, que está sendo proferido pelos personagens, faz referência ao rompimento da barragem Fundão (MG-2015) e, ao atentado a sede do jornal francês *Charlie Hebdo* Paris (FR-2015). A referência aos dois acontecimentos ironiza os canais de mídia brasileiros por noticiarem maciçamente o ocorrido em Paris (FR).

Observamos, no nível do intradiscurso, uma possível (re)significação da expressão #JeSuisCharlie (Eu sou Charlie), *hashtag* surgida nas redes sociais como movimento de apoio e solidariedade ao ataque na sede do jornal e, as 12 vítimas que vieram a óbito. A expressão se espalhou rapidamente, invadiu redes sociais de relacionamento na internet, estampou capas de revistas, jornais, reportagens, compôs matérias televisivas em diferentes países.

O jornal francês satírico *Charlie Hebdo*, conhecido por fazer críticas duras ao islamismo, a outras religiões e, por publicar caricaturas do profeta Maomé, após grandes

ameaças por parte de islamitas radicais, foi invadido por três homens, resultando em 12 mortos e 11 feridos. O enunciado *#JeSuisCharlie* surge do embate/confronto discursivo estabelecido entre posições-sujeitos oriundas de FD antagônicas, a “FD religiosa” e a “FD do discurso ateu”; porém não é a este ponto que pretendemos chegar aqui.

Nesta charge, presenciamos uma (re)significação que vai de *#JeSuisCharlie* (Eu sou Charlie) para “Je Suis Paris e Mariana” (Eu sou Paris e Mariana), tal (re)significação é um mecanismo discursivo da charge, que busca conscientizar os sujeitos-leitores quanto ao movimento da mídia em enfatizar certos acontecimentos, desviando dos problemas políticos/ econômicos/ sociais.

Evidenciamos, inclusive, uma possível disputa de sentidos no engendramento desta imagem, pois os personagens, ao enunciarem “Eu sou Paris e Mariana”, podem produzir um sentido de esquecimento, visto que ambos acontecimentos só servem para prender a atenção da população.

Reportando-nos ao Brasil, observamos que o rompimento da barragem de Fundão (MG-2015) é uma questão de preocupação nacional, mas no enunciado I “Je Suis Paris e Mariana”, é como se este problema nacional fosse colocado em segundo plano, ocorre uma inverticalização na estrutura do enunciado, primeiro eu sou Paris, depois eu sou Mariana.

Há, ainda, mais o que considerar nesta charge. Ao relacionarmos a figura de Eduardo Cunha à França, acionamos, na memória-discursiva, saberes que atualizam e trazem para discussão um escândalo envolvendo Cunha e sua esposa. De acordo com investigadores da operação lava-jato, a esposa de Eduardo gastou US\$ 17.483,84 (cerca de R\$ 64 mil) em três dias de janeiro de 2014, quando estava em Paris. Já em relação à imagem de Dilma, observamos que esta atualiza saberes sobre a situação política, econômica e social do país em 2015 inclusive.

Já no enunciado III “lavajato, inflação?, crise, pixuleco, impeachment, delação premiada, Petrobras” bem como, no enunciado IV “corrupção, ajuste fiscal, impunidade, cassação, mensalão, desemprego, violência”, o chargista acionou uma memória coletiva em relação às figuras políticas no Brasil e, aos governos políticos envolvidos em escândalos, tal memória consolidou-se no Brasil.

Ela evoca saberes já-estabelecidos, segundo os quais, todo político é corrupto, todo político rouba, o Brasil é o país da corrupção, neste movimento parafrástico, (re)atualizam-se esses saberes.

O discurso chargístico, tal como buscamos mostrar neste subcapítulo, é atravessado pelo político e se constitui, em sua essência, como uma forma de discurso político, não só no que se refere a questões partidárias, mas também a relações de forças, lutas de classe, tensão entre FD antagônicas, entre outros; embates que podem emergir na e pela charge. A natureza política da charge sustenta-se, sobretudo, porque esta surge como um discurso de contestação, denúncia, problematização que polemiza questões relevantes do cenário político/social, é local de confronto discursivo. Tal como pontua Cavalcanti (2013),

o discurso chargístico situa-se, portanto, num campo onde brotam instigantes questões para pesquisa e onde se instaura uma diversidade de material simbólico que estimula análises discursivas. Toda leitura chargística é uma interpretação diferente das já feitas e de tantas outras que podem vir a ser desenvolvidas com o objetivo de compreender o funcionamento desta linguagem. (p. 94)

Nesse sentido, ao emprendermos nossas análises, as consideramos possibilidades de leitura desencadeadas por um gesto interpretativo, considerando, sobretudo, que a charge já é produção de leitura do sujeito-autor chargista que a produziu.

3 ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLOGIA

3.1 Teoria que sustenta a dissertação

A Análise de Discurso situa-se entre os campos de conhecimento da linguística, das ciências sociais e da psicanálise e, tem por objetivo a busca pelos processos de produção de sentidos e suas determinações histórico-sociais. A língua é tomada enquanto processo discursivo, inscrito na história e, cujo funcionamento é determinado pela exterioridade constitutiva e pelo sujeito (duplamente afetado, pela língua e pela ideologia).

A AD é uma disciplina de “entremeio”, não positiva, não acumula conhecimentos e sim, promove uma discussão contínua de seus pressupostos, tal como postula Orlandi (2004), ainda, no que se refere a essas disciplinas ela comenta,

Essas formas de disciplinas que chamo de entremeio não são, a meu ver, interdisciplinares. Elas não se **formam entre disciplinas**, mas nas suas contradições. E aí está a sua particularidade. (ORLANDI, 2004, p. 24) [grifo nosso]

Nesse âmbito, torna-se inapropriado tomar a AD como interdisciplina, ela não é aplicação de uma teoria sobre a outra, e sim, mostra, nessa tripla articulação, que não há separação entre a linguagem e a exterioridade que lhe é constitutiva.

A AD não é um quadro teórico estanque. É um arcabouço teórico em constante reflexão, a movência da teoria é evidente, principalmente se observamos a (re)significação de alguns conceitos ao longo desses quase 50 anos de existência. A análise de discurso está em constante indagação, seus procedimentos analíticos não se detêm à aplicação de modelos e/ou conceitos anteriormente estabelecidos. Põe em contestação diferentes modelos teóricos, assim como contesta a si mesma, ocorrendo um constante movimento pendular, da teoria para a análise e, da análise para a teoria, isto é, ela reflete sobre os processos discursivos e volta para si; nesse movimento observamos a heterogeneidade que é própria da disciplina.

O objeto de estudo da Análise de Discurso é o discurso, sua efetivação se dá nas fronteiras entre a ideologia e a língua e põe em movimento a circulação dos sentidos. Como explica Orlandi (2005), a AD trata do discurso “e a palavra discurso,

etimologicamente, tem a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento” (p.15).

Ainda, de acordo com a autora, a língua é concebida como “mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social” (p.15). Através dessa mediação – o discurso - é possível a permanência, continuidade ou transformações do homem e do meio social no qual está inserido. Na AD, a língua não é pensada isolada das condições extralinguísticas - ao refletirmos sobre a linguagem e seus processos de significação, elementos da exterioridade devem ser levados em consideração-, tampouco concebida como local de homogeneidade; é heterogênea.

É lugar de confrontação e circulação de discursos. Também é compreendida como lugar do equívoco, de deslizamentos, isto é, atravessada pela incompletude.

[...] a análise de discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada sociedade. (ORLANDI, 2005, p.15-16)

Na análise operacionalizada em AD, pensamos o texto como uma unidade dotada de significações e, não como unidade formal fechada em si, nos processos de significações entram elementos oriundos da exterioridade. Texto e discurso se equivalem, porém são conceitos distintos, “[...] discurso é conceito teórico e metodológico e texto é conceito analítico” (ORLANDI, 1996, 116).

E, pensar a noção de funcionamento é imprescindível na teoria, pois o interessante é observar o modo de funcionamento da linguagem, considerando, sobretudo, que esse funcionamento vai além das estruturas linguísticas, englobando as condições de produção imediatas e sócio-históricas. Assim, não importa o nível ou a categoria das unidades linguísticas em análise, e sim o funcionamento delas no discurso; o que torna uma unidade um operador de discurso não é sua essência, é o seu modo de funcionamento.

3.1.1 Sujeito

Indursky (2008, p. 10-12) comenta que a noção de sujeito, em Análise de discurso, vem sendo revista no decorrer dos anos de existência da teoria. De acordo com a autora, nos textos fundadores de 1969, Pêcheux compreende o sujeito como “lugar

determinado na estrutura social”, já em um trabalho seguinte, publicado no número 37 da revista *Langages*, a noção de sujeito ganhou mais um traço, pois se passou a falar em uma “teoria da subjetividade de origem psicanalítica”.

Em 1975, com a publicação do texto *Les Vérités de La Palice*, cuja tradução brasileira se chama *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, Pêcheux propôs o que chamou de “uma teoria não-subjetiva da subjetividade”, a partir desta formulação se dá a articulação entre as noções de ideologia e de inconsciente.

Isto é, a partir deste momento passa-se a conceber um sujeito duplamente afetado. “Na constituição de sua psiquê, este sujeito é dotado de inconsciente. E, em sua constituição social, ele é interpelado pela ideologia”, (INDURSKY, 2008, p.10). A pretensão de Pêcheux, neste momento, era refletir sobre a subjetividade, porém buscava uma subjetividade que não colocava o sujeito como consciente de suas atitudes.

De acordo com a AD, o sujeito não é dono nem fonte do seu dizer, pois está submetido ao inconsciente e à ideologia; vive na ilusão da subjetividade. Não podemos pensar o sujeito como origem de si, ele é interpelado em sujeito pela ideologia (ORLANDI, 2005).

A dupla marca na constituição do sujeito a da “subjetividade não-subjetiva”, significa dizer que todo sujeito é interpelado ideologicamente, mas não sabe. Vive sob a ilusão de que é a fonte de seu dizer e domina plenamente o dizer, e é sob esse processo ilusório, que se dão suas práticas discursivas.

E, é através da relação do sujeito com a formação discursiva, que podemos chegar ao funcionamento do sujeito no discurso, ainda “os sujeitos ‘são interpelados’ em sujeitos de seu discurso, pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 1995, p.161). A interpelação do indivíduo em sujeito vai se dar através do processo de identificação do sujeito com a FD em que está inserido – tal como já trabalhamos ao tratarmos dos processos de tomada de posição -, a mesma vai ocorrer através da forma-sujeito.

Os sentidos não estão evidentes na superfície linguística, dada à opacidade da linguagem, da mesma forma não existe um sujeito intencional, logo nem os sentidos, nem os sujeitos, nem os discursos são transparentes, são determinados por fatores histórico-sociais. Orlandi (2001) explana que “os sentidos e os sujeitos poderiam ser sujeitos ou sentidos quaisquer, mas não são. Entre o possível e o historicamente

determinado é que trabalha a análise de discurso” (p.103); e essa determinação é histórica /ideológica/social.

No caso do presente trabalho, como vimos ao longo do texto, a charge é uma forma de materialidade do político, este apreendido por meio de seu atravessamento no discurso chargístico. No entanto, sabemos, e consideramos em nossas análises, que as charges, sobre as quais nos debruçamos, já são gesto(s) interpretativo(s) do sujeito(s) autor(es) - individualizados em suas condições sócio-históricas e determinados ideologicamente - que as produziram.

Nesse sentido, os sentidos e sujeitos se constituem simultaneamente através de jogos simbólicos nos quais o equívoco emerge como trabalho da/na ideologia. Assim, as charges, sobre o rompimento da barragem em Bento Rodrigues (MG), adquirem sentidos, através dos gestos de leitura empreendidos por sujeitos, e estes dependem das condições de produção e da história de leitura do sujeito-leitor.

Lembremos claro, tal como postula Orlandi (2004, p. 84), o gesto interpretativo do analista (nossa visão) é operacionalizado através do dispositivo teórico, e do analítico, já a interpretação do sujeito comum, é efetivada pelo dispositivo ideológico.

3.1.2 Processo de interpelação – os esquecimentos

O indivíduo, na maioria das vezes, não tem plena consciência das condições que determinam as relações de produção e de força a que está submetido, sendo assim, o assujeitamento, processo de interpelação do indivíduo em sujeito, ocorre de maneira dissimulada. Para evidenciar de que forma ocorre o processo de assujeitamento, Pêcheux (1995, p. 173) apresenta o conceito de *esquecimento*.

De acordo com o autor, o *esquecimento nº 1* é da ordem do ideológico e do inconsciente, ordem na qual as ordens anteriores estão materialmente ligadas. Os processos discursivos têm origem exterior ao sujeito, mas é através dele que se realizam. Assim, é através do funcionamento do esquecimento nº 1, quando enunciamos, que acreditamos ser a fonte primeira do dizer, esquecemos os já-ditos pré-existentes, para poder enunciar.

Já o *esquecimento nº 2* é da ordem do enunciado. Ao enunciar, usamos determinadas palavras e expressões linguísticas em vez de outras, esquecemos que poderíamos ter dito de outra forma e temos a ilusão de que estamos enunciando da

melhor maneira possível. Esse esquecimento produz a ilusão do sujeito de poder controlar o seu dizer e possuir sua liberdade de sujeito-falante.

3.1.3 Formações imaginárias

Na estrutura social existem lugares determinados hierarquicamente que são ocupados pelos sujeitos (professores/alunos, médicos/pacientes, mãe/filhos, entre outros), esses lugares estão representados nos processos discursivos e essa representação depende da *formação imaginária* que o sujeito possui de si e do outro. Afinal, não é o sujeito físico que funciona no discurso e sim as imagens dele que são projetadas.

Ao enunciar, os sujeitos formulam e condicionam o seu dizer a partir da posição social da qual estão enunciando: “[...] o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (ORLANDI, 2005.p.39). Dessa forma, por exemplo, quando um professor está em sala de aula explicando um conteúdo X, sua fala torna-se mais formal adequando-se a este contexto; aqui apontamos à noção de relação de forças.

Ainda, é necessário tomar as *formações imaginárias* como determinantes do discurso, pois, para Pêcheux (1995, p.78), o que designa o lugar do sujeito locutor, e do sujeito interlocutor, são as representações. Assim, o mecanismo de antecipação decorre da imagem que cada sujeito faz/tem do seu próprio lugar e lugar do outro.

A capacidade que todo sujeito possui de colocar-se no lugar de quem o escuta ou lê denomina-se *mecanismo de antecipação*. Segundo este conceito, enunciamos e formulamos nossas argumentações a partir dos sentidos que pensamos produzir no nosso interlocutor. Ainda, segundo o viés discursivo, os discursos estão associados uns aos outros, são interligados, “um aponta para outros que o sustentam” (ORLANDI, 2005. p. 39); aqui estamos nos referindo à noção de *relação de sentidos*.

3.1.4 Produção da leitura e gesto de interpretação

Na AD a leitura é produzida. O momento de sua realização é crucial para a constituição do texto. Através da tensão/confronto no processo de interação verbal entre os interlocutores (sujeito autor e sujeito leitor), dão-se origem os processos de

significação. Esses sujeitos são definidos por suas condições de produção, e estas condições de produção configurarão o processo da leitura.

Ao analisarmos nosso *corpus* discursivo, entendemos que a charge já é gesto interpretativo de um sujeito-autor, e, na produção de nossa leitura, em nossos processos analíticos, partiremos para as condições de produção imediatas e sócio-históricas, - resgatadas em nosso primeiro capítulo –a exterioridade constitutiva da linguagem, a fim de compreendermos possíveis efeitos de sentidos oriundos do discurso chargístico em análise.

No processo de leitura, consideramos não apenas o dito, mas também os não-ditos. O não-dito pode ter origens distintas: não-dito que sustenta o ato de dizer, não-dito para compreender o dito, não-dito oposto ao dizer, não-dito como forma distinta de expressar o dito; por exemplo. As relações de sentidos instauradas através do confronto entre dito/não-dito apontam a existência da “intertextualidade” entre textos (Orlandi, 2012), no caso em pauta, mais do que a intertextualidade nos interessa a interdiscursividade – a relação entre discursos que venham a fazer parte do texto.

Existem dois tipos de sujeito-leitor, o *leitor virtual* e o *leitor real*: o 1º é o perfil de leitor imaginado durante a tessitura do texto; o 2º é o sujeito que realiza a leitura e que, ao apropriar-se do texto, encontrará um leitor já estabelecido, e com esse se relacionará. A relação interativa/tensiva entre *leitor virtual* e *leitor real* é o movimento que estabelece a produção da leitura, pois “[o] leitor não interage com o texto (relação sujeito/objeto), mas com outro(s) sujeito(s) (leitor virtual, autor etc.)” (ORLANDI, 2012, p.10) [Grifos da autora].

Três fatores devem ser considerados quando pensamos a leitura pela ótica da AD pecheuxtiana:

1º) não existe autor onipotente, isto é, sujeito-autor que controle todo percurso de significação do texto (o controle dos sentidos é aparente); aqui atestamos a incompletude da linguagem.

2º) a não transparência do texto, os sentidos não estão evidentes na superfície linguística.

3º) não existe leitor onisciente, capaz de apreender as variadas possibilidades de efeitos de sentidos durante o processo de leitura (ORLANDI, 2012).

Existem componentes das condições de produção da leitura, por exemplo, toda leitura têm sua história, um mesmo texto terá leituras distintas em diferentes épocas; leituras impossíveis hoje serão possíveis no futuro; hoje fazemos uma leitura de um

texto, amanhã outra; há modos de leitura destinados a distinções de classes sociais. Assim, toda leitura têm sua história e todo sujeito tem sua história de leitura, isto é, conjunto e modos de leituras próprias.

A experiência com a linguagem caracteriza o tipo leitor. No processo de leitura das charges eletrônicas sobre o rompimento da barragem Fundão (MG-2015), se o sujeito-leitor não possuir conhecimentos específicos em torno do assunto tratado na charge, terá o gesto de interpretação, a produção da leitura, por vezes limitada, instaurando determinados efeitos de sentido e, não outros.

A charge eletrônica exige um perfil de sujeito - leitor mais qualificado ou, melhor dizendo um *leitor maduro*, sendo esse concebido como: “leitores que percebam que o texto mantém relações indeléveis com uma rede de interdiscursividade subterrânea e invisível que lhe dá sustentação” (INDURSKY, 2001, p. 41).

A qualificação do sujeito-leitor aponta para o conceito de *leitura polissêmica* estabelecido por Orlandi (1996, 2012), tal definição consiste na possibilidade do sujeito-leitor estabelecer múltiplas relações de sentido a partir de um texto X (não apenas aquelas “estabelecidas” pelo sujeito-autor), em contrapartida à leitura *parafrástica* na reprodução dos sentidos que o sujeito-leitor acredita serem os sentidos reais do texto (os sentidos determinados pelo autor); ilusão do texto fechado em si.

Nesse sentido, Indursky (2001) estabelece a noção de *efeito-texto* como a ilusão do texto como algo imaginariamente acabado, livre de rupturas, dotado de homogeneidade, dessa forma, cabe ao sujeito - leitor, durante a produção da leitura, desconstruir o *efeito-texto* buscando saberes na sua memória discursiva. O sujeito-leitor, ao encontrar os buracos, rupturas, desvelar os sentidos e recuperar os não-ditos, reconstrói o efeito-texto, que já não é mais o mesmo.

3.2 Metodologia empregada

No início desta pesquisa, além de mobilizar conceitos referentes à imagem e à charge, historicizamos o rompimento da barragem Fundão (MG- 2015), buscando traçar as fronteiras existentes entre as noções de acontecimento discursivo (PÊCHEUX, 1990) e acontecimento enunciativo (INDURSKY, 2008).

Nesse sentido, nosso gesto interpretativo nos levou a perceber a tragédia como um acontecimento discursivo, a partir do qual emerge uma nova posição-sujeito “dos sobreviventes e dos atingidos/afetados pelas consequências da tragédia em Bento Rodrigues (MG) e arredores”, e essa nova posição, passa a se inscrever em uma FD já existente denominada “FD dos sobreviventes e atingidos por catástrofes ocasionadas por rompimentos de barragens no Brasil”.

O arquivo⁹ que compõe nossa pesquisa refere-se a charges sobre o rompimento da barragem de Fundão (MG- 2015), que foram publicadas em diferentes sites de mídia alternativa na internet, e no site <www.chargeonline.com.br>, logo após o acontecimento da tragédia. No total nosso arquivo é composto por 47 charges, divulgadas no período que compreende de novembro a dezembro de 2015, dentre estas 47 charges, analisaremos 15.

Cabe ressaltarmos que as charges que compõem nosso arquivo não são da mesma autoria - são discursos textualizados em charges produzidas por diferentes autores, contudo, todas tratam/polemizam o rompimento da barragem. Dentre as charges, selecionamos aquelas que tivessem o político como mais forte do que o humor e a ironia, e que atestassem interdiscursividade (como que o político é mais forte e ao mesmo tempo, que tipo de interdiscursividade se estabelece).

A análise do *corpus* foi realizada dentro dos parâmetros da Análise de Discurso pecheuxtiana, por meio da construção do *dispositivo de análise*. Orlandi (2005) com objetivo de construir um dispositivo de interpretação estabelece dois dispositivos: o *teórico* e o *analítico*. O primeiro se refere à sustentação do método analítico e ao alcance teórico da disciplina; já o segundo é uma construção do próprio analista a partir do *corpus* discursivo, mobilizando determinados conceitos e não outros.

⁹ Silva e Lunkes (2014), ancorando-se em Pêcheux, comentam que a noção de arquivo, em Análise de Discurso, corresponde a um acervo de documentos existentes sobre uma determinada questão, isto é, de acordo com as autoras, é um acervo discursivo ligado a memórias de dizer. Ainda, todo arquivo exige processos de seleção e exclusão de documentos em consequência das evidências de leitura. Discursivamente, o arquivo possibilita ou interdita efeitos de sentido, por isso ele é muito mais que um agrupamento de documentos.

O dispositivo, a **escuta discursiva**, deve explicitar os gestos de interpretação que se ligam aos processos de identificação dos sujeitos, suas filiações de sentidos: descrever a relação do sujeito com sua memória. Nessa empreitada, descrição e interpretação se interrelacionam. E é também tarefa do analista distingui-las em seu propósito de compreensão. (p. 60) [Grifo nosso]

De acordo com Orlandi (2005), é a partir desse dispositivo que o analista interpretará os resultados a que ele chegar pela análise de discurso que realizar. Ainda, nas palavras de Orlandi,

Cada material de análise exige que seu analista, de acordo com a questão que formula, mobilize conceitos que outro analista não mobilizaria face, as suas (outras) questões. Uma análise não é igual a outra porque mobiliza conceitos diferentes e isso tem resultados cruciais na descrição dos materiais. (ORLANDI, 2005, p. 27)

Dessa forma, a cada pesquisa em análise do discurso, o analista delimitará os conceitos da teoria (dispositivo teórico) que deverão ser mobilizados e quais os saberes advindos de outras áreas necessários para a realização do estudo. A busca de todo subsídio teórico será de acordo com o *corpus*, com os objetivos a serem alcançados, e as hipóteses do analista, ainda cabe ressaltar que “não há análise de discurso sem a mediação teórica permanente” (ORLANDI, 2005, p. 62).

O procedimento de análise já inicia quando o próprio analista estabelece o *corpus*, sendo esse organizado frente a sua natureza material e ao ponto de vista que o organiza (pergunta); daí a necessidade de que a teoria conduza/ampare o trabalho do analista “[...] com o seu objeto, com os sentidos, com ele mesmo, com a interpretação.” (ORLANDI, 2005, p. 6)

No gesto de leitura/interpretação/análise empreendido, tomamos as charges enquanto textos imagéticos dotados de discursividade, repletos de significações e atravessados por tendências ideológicas e fatores históricos e sociais. Trabalhamos evidenciando a emergência com que a charge surge, buscando mostrar como se dá o atravessamento do político no discurso da charge.

Ainda, passamos as etapas de análise, mostrando como o político nela se materializa. O interesse é mostrar que a ironia e o humor, no caso de nossa pesquisa, cedem espaço para a contestação, para a denúncia e marcam uma forte interdiscursividade no seu interior.

No decorrer das análises, transcendemos os limites da estrutura linguística através da associação/união do verbal e do não-verbal, por meio de sequências discursivas de referências (SDR) extraídas das charges que constituem o *corpus* discursivo deste estudo, conforme Courtine (2009, p.5), as SDR podem ser compreendidas como sequências orais ou escritas de dimensão maior que a frase, representando cada recorte temático realizado no *corpus* podendo ser enumeradas para efeito de organização durante a efetivação das análises.

Nesta dissertação, para fins metodológicos, tomamos as charges no todo, incluindo a materialidade visual e a verbal, como SDR distintas, assim ao tratarmos dos elementos linguísticos, os desdobramos em enunciados que serão enumerados. A SDR advém do processo de divisão do todo discursivo de modo a possibilitar a análise, o que resulta em fragmentos representativos do discurso em questão. A análise das SDR permite determinar as posições-sujeito, as formações imaginárias, formações discursivas, que estão em jogo no discurso analisado.

Assim sendo, realizamos o gesto de leitura e interpretação do *corpus* discursivo almejando promover reflexão e relacionar com os objetivos propostos. Tomamos as charges enquanto gestos de interpretação efetivados por um sujeito autor, buscando desvelar possíveis efeitos de sentidos oriundos desses textos chargísticos e, considerando a charge enquanto textualização de um discurso.

A partir daqui nossa análise se realiza a partir de dois recortes discursivos. O primeiro deles trata da preponderância do político na materialização das charges e apresenta três sub-recortes: a Samarco e as autoridades; a corrupção; o meio ambiente. Cada um desses sub-recortes é formado por três charges. O segundo recorte, visto que todo discurso se relaciona com outros discursos, e é em sua constituição tecido por eles, busca observar quais discursos atravessam o discurso da charge e é composto por dois sub-recortes: A presença do discurso artístico; a presença do discurso religioso. Dadas as características do arquivo, esses sub-recortes compõem-se de duas charges cada um.

Para explicitação da metodologia adotada na operacionalização das análises, montamos a seguinte tabela ilustrativa:

RECORTE I	
O Político na Materialização das charges	
SUB-RECORTE I	A Samarco e as autoridades
SUB-RECORTE II	A corrupção
SUB-RECORTE III	O meio ambiente
RECORTE II	
O atravessamento do Religioso e do Artístico	
SUB-RECORTE I	A presença do Discurso Artístico
SUB-RECORTE II	A presença do Discurso Religioso

4 CAMINHOS DAS ANÁLISES

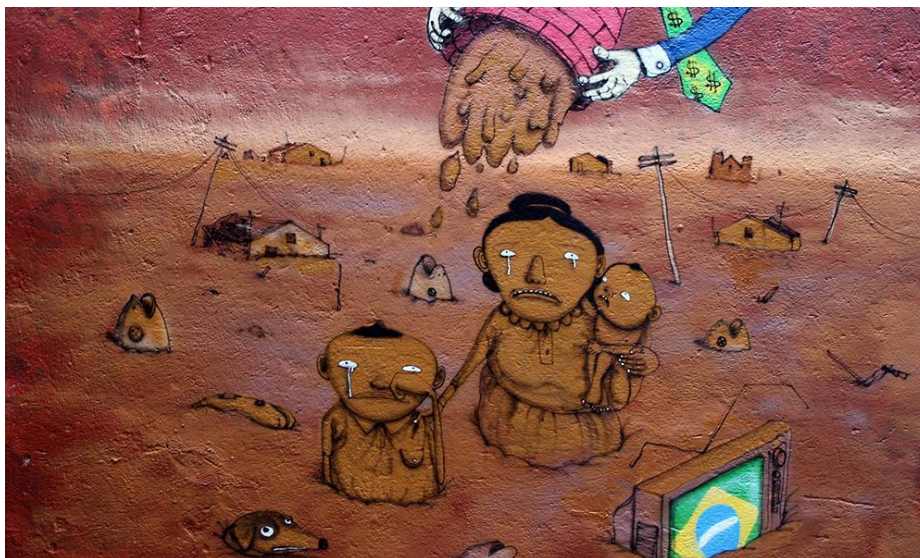
4.1 RECORTE I - O político na materialização das charges

Neste primeiro recorte, tratamos da preponderância do político sendo esse compreendido como relações de força estabelecidas na materialidade discursiva das charges, através de possíveis sentidos de denúncia, luta, reivindicação, crítica, em relação às consequências da tragédia em Mariana (MG) e arredores, compreendidos a partir dos gestos interpretativos realizados. Este recorte está dividido em três sub-recortes cada um composto por três charges. O sub-recorte I trata da Samarco e as autoridades, o sub-recorte II da corrupção e o sub-recorte III do meio ambiente.

4.1.1 SUB-RECORTE I - A Samarco e as autoridades

O sub-recorte I é composto por três charges que fazem referência a possíveis autoridades responsáveis pela Samarco S/A e autoridades do poder público brasileiro. Nessas charges, através de nosso gesto interpretativo, observamos a emergência do “político” enquanto crítica e reivindicação de posicionamentos, por parte dessas autoridades, em relação ao rompimento da barragem Fundão (MG- 2015).

Figura 3



Fonte: <http://www.hypeness.com.br/wp-content/uploads/2015/11/OsGemeosMariana_interna.jpg>

Na terceira sequência discursiva **SDR3** temos no nível da imagem, a representação de Bento Rodrigues (MG) após o rompimento da barragem. Podemos observar que são retratados peixes mortos, animais e casas soterradas pela lama. No meio da imagem se destaca uma mulher com o filho no colo, e o marido mais a frente, ambos com o corpo tomado pela lama e com lágrimas escorrendo dos olhos.

Observamos, assim, sob nosso gesto interpretativo, que a presença desses elementos movimenta uma memória discursiva que (re)atualiza saberes já-ditos em relação as consequências dessa tragédia, tais como, a destruição de Bento Rodrigues (MG), soterramento e morte de animais, poluição da foz do Rio Doce e chegada da lama ao mar.

A representação do sujeito-mãe e do sujeito-pai, assumindo, uma posição de autoridade e responsabilidade sobre o filho, naquelas condições de produção, faz emergirem sentidos no que tange aos sentimentos de desolação, tristeza, desamparo, a destruição de seu lar, suas raízes locais, levando em consideração que Bento Rodrigues (MG) passa a não-existência. Além disso, nota-se que a imagem do pai está à frente da imagem do sujeito-mãe, este movimento revela saberes oriundos de uma ideologia patriarcal, na qual o sujeito-pai teria supremacia nas relações familiares, é o provedor responsável pelo sustento da estrutura familiar.

Isto é, observamos que o fato de a imagem do sujeito-mãe estar mais atrás do sujeito-pai, nos direciona para sentidos que remetem à submissão do sujeito-mulher pelo sujeito-homem cuja legitimidade das relações de força se dá pela perpetuação da tradição, assim, se instaura um sentido de perpetuação de valores, no que se refere às posições histórica e ideologicamente relacionadas ao sujeito-pai e ao sujeito-mãe, sendo o pai aqui o responsável pela família. Ainda, o sentido produzido no âmbito visual é de um sujeito que, naquelas condições de produção, está sem perspectiva de futuro, ou seja, não há efeito de humor na charge, ela não produz o riso, mas sim, remete a efeitos de sentido de dor, tristeza, desolação, por exemplo.

Continuando nosso gesto de leitura, ao dessuperficializarmos a materialidade visual da charge, cremos estar diante de uma espécie de luta de classes, ao debruçarmos o olhar sobre a imagem das mãos que aparecem acima da família, vemos que esta despeja lama em cima do homem, da mulher e da criança, a cifra do dinheiro na gravata representa o lucro por detrás da lama, o capital proveniente da atividade de mineração.

E justamente a luta de classes que aqui se instaura é entre povo e empresários da mineração, neste caso específico, dadas às condições de produção, entre habitantes de Bento Rodrigues (MG) e a Samarco S/A e suas acionistas, opressor e oprimido. Conforme o que aponta Cazarin (2004, p.57), em Análise de Discurso, o político não se refere somente às atividades ligadas à política partidária – vida política, instituições políticas- é compreendido como “representação das forças políticas em jogo no discurso, na qual interferem a história e a ideologia como constitutivas”, forças essas que entram em confronto/embate no discurso. Continuando, a autora afirma que,

a representação do político só é compreensível através da cena (construída pelo discurso) na qual os elementos que perpassam a sociedade são vistos como forças políticas. Assim, o político é a realidade dessas forças tais como elas se destacam de maneira mais ou menos precisa à vista de todos. (CAZARIN, 2004, p. 48) [Grifos da autora]

Dessa forma, a partir da materialidade visual, compreendemos que nesta charge surge um discurso de luta e denúncia do sofrimento passado pelas pessoas afetadas pela tragédia que se dá justamente pelo embate de forças políticas na materialidade do discurso, entre habitantes de Bento Rodrigues (MG) e a Samarco S/A, opressor e oprimido; tais forças são a materialidade do político no discurso. Ainda, sobre o político, Orlandi (2004) afirma que ele

é o fato de que o sentido é sempre dividido, tendo uma direção que se especifica na história, pelo mecanismo ideológico de sua constituição. Aí estão ligadas três noções – o político, o histórico e o ideológico – não definidos tal como o fazem as ciências sociais e humanas, mas discursivamente. (p. 21-22)

Essa definição se dá porque ao significar o sujeito se significa, sendo o gesto de interpretação definido como algo – “perceptível ou não para o sujeito e/ou para seus interlocutores – define a direção dos sentidos, decidindo assim, sobre sua (do sujeito) direção” (ORLANDI, 2004, p. 22) [Grifos da autora]. Ainda, retornando à charge, a imagem da televisão é a bandeira do Brasil afundando na lama, o que provoca movimentos de memória, que nos remetem as problemáticas políticas, econômicas e sociais do país, desta forma, esse afundar na lama, significaria a crise política, econômica e social na qual está imersa a sociedade brasileira.

Figura 4



Fonte: <<http://www.chargeonline.com.br/semana/melhor.php?chargista=jbosco&imagem=2015/jbosco281115.jpg&diames=28/11>>

Na **SDR4**, a charge mostra a imagem de um peixe sendo entrevistado pela imprensa. Para fins de análise, desdobramos o enunciado verbal em outros dois:

Enunciado I – “Dilma, a ministra do meio ambiente, o Fernando Henrique, o Lula, o Aécio, o Pimentel, as diretorias da Samarco e da Vale...”

Enunciado II – “O pessoal só fingindo de morto ... já o rio, tá morto mesmo.”

No enunciado I, temos uma remissão direta a políticos, autoridades nacionais e empresas responsáveis pela mineração. São mencionadas a Samarco S/A e a acionista Vale - empresas responsáveis pela barragem Fundão (MG) -, a Dilma Rousseff (presidente do Brasil na época da tragédia), a Izabela Teixeira (ministra do meio ambiente no governo Dilma), Aécio Neves (Senador), e os ex-presidentes Fernando Henrique e Lula.

Ocorre, na materialidade da charge, um confronto que se estabelece entre duas posições-sujeito distintas: uma relacionada a um discurso ambiental, e a outra referente à posição sujeito-autoridade, sendo que a primeira exige da segunda uma resposta em relação à tragédia. A compreensão do discurso ambiental nesta charge se dá sob duas formas, primeiro porque quem enuncia é um peixe, e segundo porque o enunciado II faz uma menção à morte do Rio Doce “O pessoal só fingindo de morto ... já o rio, tá morto mesmo.”

Com base em nosso gesto de leitura, a utilização das reticências (sinal de supressão) indica a falta, aquilo que não está expresso na estrutura linguística, mas que significa, esclarecendo melhor, conforme Ernst- Pereira (2009) “a falta pode ocorrer, no nível do intradiscurso, através de diferentes processos de ordem sintática e lexical em que algo falha na estrutura gramatical” (p. 4).

Continuando, de acordo com a autora, a falta é uma zona de “obscuridade” e “incompletude”, pois os elementos ocultados poderão ou não ser resgatados. A falta da qual nos fala Ernst-Pereira (2009) também pode ocorrer no nível do interdiscurso, sendo aqui ocultados elementos interdiscursivos esperados, e o resgate deles só é possível a partir da relação estabelecida com a exterioridade, ou seja, “[...] em função de determinadas condições de produção históricas e/ou enunciativas” (ERNST-PEREIRA, 2009, p. 4).

Em nosso gesto de leitura, o emprego das reticências no enunciado II “O pessoal só fingindo de morto... já o rio, tá morto mesmo”, instaura a falta, isto é, remete a sentidos ideologicamente presos ao imaginário sobre autoridades políticas/empresariais do Brasil no que tange aos seus posicionamentos em relação ao rompimento da Barragem Fundão (MG-2015), sendo estas, muitas vezes, concebidas como indiferentes ao acontecimento da tragédia. Aqui observamos um discurso de contestação (político): onde estão essas autoridades representativas de diferentes poderes no Brasil, como Senado, Ministério do Meio Ambiente, Presidência, quando acontece uma tragédia desse porte no país.

Onde está a secretária nacional do Meio Ambiente para regular/inspecionar o funcionamento das empresas mineradoras no país? Qual a culpabilidade da Samarco S/A visto que não tomou medidas prévias para o impedimento desta tragédia? Esses possíveis efeitos de sentido emergem na charge através do funcionamento das reticências.

No que se refere à instauração do efeito de humor e/ou ironia na charge, observamos que ele ocorre devido ao emprego da imagem do peixe, pois é um animal que dá entrevista e contesta essas figuras representativas, contudo isso fica em segundo plano, o que mais se sobressai é o político.

Figura 5



Fonte: <<http://4.bp.blogspot.com/-ZctfxG2Ctk/Vlxce-0PmsI/AAAAAAAAAmrE/x4r-YPPtkQM/s1600/jarbas%2Bvale.jpg>>

Na **SDR5**, temos a representação do Rio Doce tomado pela lama proveniente da Barragem Fundão (MG) e observamos os peixes mortos boiando na superfície da água. Quem atravessa o rio é a morte e no barco está pendurada uma bandeira da Vale S/A, uma das acionistas da Samarco S/A, na charge não temos a presença de enunciado, contudo os próprios elementos visuais da imagem apontam possíveis efeitos de sentido.

Ocorre, a nosso ver, uma atribuição da morte dos peixes e do rio – pelo impacto ambiental causado pela lama provenientes dos rejeitos de minério de ferro- com à imagem da empresa Vale S/A. Tal atribuição se dá porque uma bandeira com o símbolo da Vale S/A aparece no barco – assim pensamos na Vale S/A como responsável por

levar a morte para o Rio Doce – e pela presença do personagem morte que carrega a foice (gadanha) na mão, compreendida aqui como o elemento que corta o fio da vida, coleta as almas. Esse personagem “morte” representa o fim do ciclo da vida, onde tudo acaba, é a destruidora de uma existência biológica.

A materialidade da charge funciona como um discurso de denúncia/acusação/revolta pelas consequências que a lama causou ao Rio Doce, pois este foi caracterizado como o maior desastre socioambiental ocorrido no Brasil. Segundo nota publicada pelo IBAMA¹⁰ (O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), os danos socioambientais causadas pela tragédia são: “Destruição das moradias e das estruturas urbanas; desalojamento dos habitantes de Bento Rodrigues (MG); destruição de áreas de preservação permanente e vegetação nativa; proibição da pesca; morte de animais domésticos; desestabilização da vida da população; prejuízos nas usinas elétricas; dizimação dos animais aquáticos; entre outros”.

Nesta charge, observamos saberes oriundos de duas regiões de saber distintas: o discurso ambiental (pela denúncia em relação ao Rio Doce) e o discurso de luto (pelo fato de o personagem “morte” personificar, ser a própria empresa e a tristeza, desolação, destruição proporcionada às comunidades atingidas, pois a morte/o fim/ a destruição desestabiliza as estruturas familiares. O sujeito-autor chargista através de um processo parafrástico, utiliza-se da imagem do personagem morte que vem sendo, ao longo de décadas, representada na literatura e nas produções cinematográficas e televisivas.

No âmbito visual, o efeito de sentido produzido, não é de humor e de riso, pelo contrário, a presença da morte possibilita um movimento de leitura que nos remete a efeitos de sentido de dor, luto, perdas, tristeza, fim da vida e morte da natureza em consequência da tragédia. Já o “político” emerge pelo atravessamento do discurso ambiental e do discurso de luto, pois ambos denunciam e vem problematizar a destruição e morte da fauna e flora do Rio Doce.

Ainda, com base em nosso gesto interpretativo, pensamos, neste caso, que a charge não funciona somente para denunciar a situação do rio, mas também funciona de modo a manter esses sentidos de dor e tristeza desencadeados pela tragédia. Assim, a presença do personagem morte e dos peixes mortos na superfície da água movimenta

¹⁰ Tais informações podem ser encontradas no site do IBAMA.

Rompimento da barragem de Fundão documentos relacionados ao desastre da Samarco. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/publicadas/documentos-do-ibama-sobre-o-desastre-da-samarco-no-rio-doce>>. Acesso em: 10. out. 2016.

uma memória discursiva que (re)atualiza saberes já-ditos em relação poluição da foz do Rio Doce e a chegada da lama ao mar.

4.1.2 SUB- RECORTE II - A corrupção

O sub-recorte II é composto por três charges que fazem referência aos movimentos de corrupção presentes na política brasileira. Dada a trama de sentidos que se instaura no texto, observamos um possível deslocamento de sentidos no qual os vocábulos “lamaçal” e “lama” passam a ser compreendidos como corrupção. Nas charges, observamos a emergência do “político” enquanto ato de denúncia e de crítica dos problemas e escândalos políticos no Brasil.

Figura 6



Fonte: <http://www.diariosudoeste.com.br/content/media/charge/2015/11/12/g_sponholzlama-580x389.jpg>

Nesta imagem, **SDR6** que passaremos a analisar agora, observamos dois bombeiros, provavelmente representando alguma equipe de salvamento, os personagens conversam e olham para o monte de lama no Rio Doce. Para fins de análise, utilizaremos a seguinte montagem discursiva:

Enunciado I – “Por que você acha que essa lama veio de Brasília?”

Enunciado II –“Encontrei os óculos do Maluf, a chave da Ferrari do Collor e um depósito bancário suíço em nome do Eduardo Cunha”

No enunciado I, oração interrogativa, ocorre uma deriva no sentido empregado pelo vocábulo lama. Tal deriva pode ser empreendida pelo emprego do enunciado II “Encontrei os óculos do Maluf, a chave da Ferrari do Collor e um depósito bancário suíço em nome do Eduardo Cunha” sendo este uma resposta ao primeiro. O enunciado número II faz referência a uma série de objetos pertencentes a políticos brasileiros associados a escândalos de corrupção.

A simples menção aos nomes dessas figuras: Collor (ex-presidente do Brasil deposto por um processo de impeachment no país), Paulo Maluf (ex-governador e ex-prefeito de São Paulo; atual deputado federal – envolvido em escândalos por desvio de dinheiro público) e Eduardo Cunha (teve o mandato de deputado cassado em 2016), que são personalidades políticas envolvidas em escândalos mobiliza uma memória discursiva que faz com que o vocábulo “lama” não seja significado como a mistura pastosa de água e barro (sentido *a priori*), tal como está nos dicionários, dada a trama de sentidos do/no texto, o vocábulo passa a significar como “corrupção”. A lama a que se referem os personagens protagonistas do texto chargístico é a “corrupção” que assola o país devido ao comportamento de alguns políticos.

Conforme nos fala Pêcheux (1995), essa mudança no sentido da palavra é possível porque os sentidos não são presos às palavras. As palavras, expressões e preposições podem mudar de significância conforme a posição sustentada por aqueles que as empregam, e é esse jogo de sentidos que instaura o efeito de humorístico nesta charge.

Essa deriva no sentido do vocábulo permite a (re)significação no nível do intradiscurso do enunciado, pois teríamos “Por que você acha que essa **corrupção** veio de Brasília?, Encontrei o óculos do Maluf, a chave da Ferrari do Collor e um depósito bancário suíço em nome do Eduardo Cunha”. No nível do intradiscurso, o sujeito-autor chargista opera empregando elementos que (re)atualizam saberes já-ditos sobre essas personalidades políticas. O escândalo das contas bancárias na Suíça atribuídas ao Eduardo Cunha, o escândalo envolvendo Collor e seus bens que foram apreendidos em 2015 na operação Lava-Jato (uma Ferrari, uma Lamborguini) e os representativos óculos de Maluf.

Figura 7



Fonte: <<http://www.municipiosbaianos.com.br/painel/noticias/imagens/fotos/A%20CHARGE%20DAS%20MULTAS%20AMBIENTAIS.jpg>>

Nesta charge **SRD7**, vemos que assim como na **SDR6** é apresentado o Rio Doce tomado pela lama proveniente do rompimento da barragem. Ocorre um processo parafrástico pelo qual o acontecimento da tragédia em Mariana (MG) é retomado no discurso chargístico como forma de denunciar/alertar para a situação política no país e os escândalos envolvendo autoridades ligadas às práticas políticas partidárias, principalmente no que se refere a uma ideologia da corrupção já imbricada na atividade política brasileira.

Para fins de análise, utilizaremos a seguinte montagem discursiva:

Enunciado I – “Ei, esta é a lama que vem de Mariana?”

Enunciado II – “Não. Esta é a da corrupção. A de Mariana vem chegando logo atrás”.

Na charge várias pessoas vêm sendo arrastadas e levadas pela lama, observamos um jogo de sentidos atribuído à palavra lama, que passa a ser compreendida como a própria corrupção tal como vimos na **SDR6**. O efeito de sentido que daqui empreendemos é que a lama, símbolo da destruição em Bento Rodrigues (MG), é compreendida como o movimento de corrupção por parte dos políticos brasileiros, que assola o povo com tantos escândalos.

Esse jogo de sentidos é possível visto que “[...] o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” [...]” (PÊCHEUX, 1995,

p. 160). Assim, nesta charge, observamos que o “político” enquanto denúncia emerge pelo descolamento do sentido atribuído ao vocábulo “corrupção” compreendida como a lama de corrupção oriunda de Brasília. Também percebemos a não ocorrência de um efeito de humor e sim, um movimento irônico através do qual o efeito de denúncia se estabelece.

Não podemos, entretanto, deixar de observar o segundo enunciado da charge, “Não. Esta é a da corrupção. A de Mariana vem chegando logo atrás” esta referência da lama como “corrupção” atualiza o pré-construído de que políticos brasileiros são corruptos, conforme Pêcheux (1995),

o “pré-construído” corresponde ao “sempre-já-ai” da interpelação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma da universalidade (o “mundo das coisas”), ao passo que a “articulação” constitui o sujeito em sua relação com o sentido, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que determina a dominação da forma-sujeito. (p. 164) [grifos do autor]

O pré-construído refere-se algo que se fala antes, anteriormente, é uma construção anterior/exterior ao discurso do sujeito, é um saber oriundo do interdiscurso que se (re)inscreve no intradiscurso. Dada a materialidade visual e linguística da charge, remetendo à questão da corrupção, o imaginário de “corrupto” atrelado aos políticos brasileiros retorna para o fio do discurso. Nas palavras de Pêcheux (1995, p.99), “o pré-construído é um efeito discursivo ligado ao encaixe sintático, que remete à presença de um discurso em outro”.

Outro possível efeito de sentido que pode ser produzido por esta charge é a incidência de um duplo efeito de denúncia: uma referente à tragédia em Mariana (MG) e outra referente ao cenário político brasileiro. Tal sentido emerge ao entrecruzarmos a imagem relativa ao rompimento da barragem Fundão (MG-2015) com o texto verbal da SDR, o qual faz referência aos escândalos de corrupção; e é neste duplo efeito de denúncia que também “político” se estabelece no discurso da charge.

Figura 8



Fonte: <[http://www.chargeonline.com.br/semana/melhor.php?ch\(argista=mario&imagem=2015/mario121115.jpg&diames=12/11\)](http://www.chargeonline.com.br/semana/melhor.php?ch(argista=mario&imagem=2015/mario121115.jpg&diames=12/11)>

A **SRD8** mostra dois homens sentados na sala, enquanto assistem televisão e conversam. O enunciado I “Que coisa o lamaçal em Mariana, hein? frase interrogativa e exclamativa declara uma posição de espanto/surpresa do sujeito personagem sobre a tragédia e insere no contexto enunciativo a questão do rompimento da Barragem em Mariana (MG), ocorre no nível do intradiscurso um processo parafrástico no qual o sujeito-autor chargista opera resgatando saberes do interdiscurso para formular a charge.

Conforme Orlandi (2005), o funcionamento da linguagem se dá pela tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos, entre o mesmo (repetição) e o diferente (produção). O primeiro se configura pela repetição/manutenção de saberes, já o segundo, se configura pelo deslocamento desses saberes, ocorre, nesse sentido através do retorno ao dizível, uma retomada da tragédia em Mariana.

Contudo, de acordo com nosso gesto interpretativo, ocorre um deslocamento de sentidos instaurado pelo enunciado II “Este aí é o de Brasília”, esse enunciado opera como resposta à pergunta feita pelo personagem, dizendo que o “lamaçal” é proveniente de Brasília, esse deslocamento de saberes se dá pelo processo polissêmico.

Tal como observamos na análise anterior, as palavras, expressões e proposições não tem um sentido *a priori*, colado em si, elas são significadas de acordo com as posições ideológicas daqueles que as produzem sob determinadas condições de produção (PÊCHEUX, 1995). Levando em consideração os elementos visuais e

linguísticos desta charge, percebemos que o vocábulo “Brasília” mobiliza uma memória discursiva que remete para as autoridades políticas do país, visto que “Brasília” é a capital e o maior centro político do Brasil.

Essa trama de sentidos que constituem a materialidade da charge possibilita que a palavra “lamaçal” passe a ser compreendida como “corrupção”, e esse “lamaçal” de corrupção faz referência a acontecimento do cenário político de 2015 no Brasil. Essa mobilização de sentidos em referência ao sentido atribuído ao vocábulo “lamaçal” se assemelha ao processo que observamos nas **SDR6** e **SDR7**, quando ocorre um deslocamento do sentido atribuído a palavra “lama”, que passa ser compreendida como a própria corrupção.

Em 2015, ano no qual ocorreu o rompimento da barragem Fundão (MG), vários acontecimentos¹¹ marcaram o cenário político nacional, tais como: posse da presidente Dilma Rousseff; crise: corte de 8 ministérios e 30 secretarias; o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) reabriu ação para investigar campanha que reelegeu em 2014 a presidenta Dilma Rousseff e o vice-presidente vice Michel Temer. Eduardo Cunha é eleito presidente da câmara dos deputados; acolhimento do pedido de impeachment; formulações para constituir a comissão do impeachment da presidente Dilma Rousseff; senador Delcídio Amaral é preso pela operação Lava-Jato; Eduardo Cunha passa a ser investigado pela operação Lava-Jato suspeito de envolvimento no esquema de corrupção da Petrobrás; ocorrências de protestos a favor e contra o governo Dilma Rousseff.

O sujeito-autor chargista utiliza o acontecimento da tragédia em Mariana (MG) e faz um jogo de sentidos com a palavra “lamaçal” que passa ser compreendida como “corrupção”, esse jogo de sentidos mobiliza uma memória discursiva que evoca saberes, dizeres do interdiscurso em relação à situação política e econômica do país em 2015. Na charge, compreendemos a emergência do “político” enquanto ato de denúncia e de crítica dos problemas que assolavam o povo. Aqui, entendemos o “lamaçal” como a enxurrada de escândalos provenientes de Brasília (DF) que massacraram e chocaram a população Brasileira.

4.1.3 SUB-RECORTE III – O Meio Ambiente

¹¹**Relembre quinze fatos políticos que marcaram 2015:** Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2015/12/relembre-quinze-fatos-politicos-que-marcaram-2015>> Acesso em 11.out. 2016.

Neste sub-recorte III, composto por três charges, trabalhamos a emergência do discurso ambiental que se dá na materialidade chargística em pauta, através de possíveis sentidos de luta, denúncia, reivindicação, no que concerne ao impacto ambiental causado, pela tragédia, na água, na fauna e na flora do Rio Doce, atingindo Mariana (MG) e arredores, bem como cidades do estado do Espírito Santo (ES), onde a lama desembocou no mar. A emergência do “político” se dá, justamente, nesse movimento de denúncia das consequências dessa tragédia na natureza.

Figura 9



Fonte: <http://www.otempo.com.br/polopoly_fs/1.1174571.1448035959!image/image.jpg_gen/derivatives/main-horizontal-photo-gallery-leading-fit_620/image.jpg>

Na nona sequência discursiva (SRD9), observamos que a materialidade chargística apresenta duas pessoas conversando enquanto retiram água da torneira para beber, o homem segura um copo com líquido marrom, a torneira pinga gotas de barro. Na parte superior da imagem, vemos em letras garrafais brancas, sob fundo preto, o nome Valadares.

Retomemos dados das condições de produção da charge. De acordo com informações¹² apresentadas no primeiro capítulo desta pesquisa, Governador Valadares

¹² Tais informações podem ser encontradas em:

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/11/1704658-sem-agua-governador-valadares-mg-decreta-estado-de-calamidade-publica.shtml>> Acesso em: 10. Out. 2016.

(MG) é um município do interior do estado de Minas Gerais, gravemente afetado pela falta de água potável após o rompimento da barragem Fundão (MG-2015).

O município cujo abastecimento de água era realizado diretamente pelo rio Doce, teve a captação de água interrompida no dia 8 de novembro de 2015, conseqüentemente, a cidade ficou completamente desabastecida e declarou estado de calamidade pública. Tal situação ocorreu devido à presença da lama de rejeitos de minério de ferro que invadiram o leito do rio Doce tornando a água inapropriada para o consumo humano. Estima-se que 280 mil pessoas ficaram sem água potável, escolas e universidades fecharam as portas.

Vale, então, em um primeiro movimento de análise, estabelecer, que esta charge funciona como um discurso de denúncia e contestação, porque problematiza questões de ordem social relacionadas aos prejuízos que a contaminação da água pode causar para a saúde, bem-estar, sendo estes colocados em risco devido à contaminação da água.

Para fins de análise, desdobramos o enunciado em 2:

Enunciado I - “A água tá contaminada, mas disseram que podemos beber!”.

Enunciado II – “Deve ser porque acham que o povo tá acostumado a tomar ferro!”

No enunciado I, “A água tá contaminada, mas disseram que podemos beber!”, o valor de oposição gerado pela oração coordenada sindética adversativa, coloca em contraste duas posições diferentes. A primeira é que a água está contaminada, isto é, imprópria para consumo humano, a segunda que alguém disse que pode beber expressado pelo verbo (disseram – 3º pessoa do plural (eles), conjugado no pretérito perfeito do indicativo).

Ocorre um apagamento do sujeito da oração, eles disseram, eles quem?, as autoridades, os empresários da mineração, a Samarco S/A, a Vale S/A, essa falta funciona como pista que desvela o pré-construído de que pessoas pertencentes a camadas sociais de baixo poder aquisitivo (o povo), são pouco instruídas e facilmente enganadas.

Ao passarmos para o segundo enunciado verbal enunciado II “Deve ser porque acham que o povo tá acostumado a tomar ferro!”, que vem em resposta ao primeiro enunciado, observamos um questionamento, uma inquietação em relação ao fato de o povo ser sempre o mais prejudicado, massacrado pelas mãos do poder capitalista, uma barragem de rejeitos de minério de ferro pertencente a uma empresa de grande capital se rompe, e o povo é o grande prejudicado. Tão logo lhe é privado do bem essencial à vida, a água.

Aqui observamos também a incidência neste discurso do pré-construído de que o povo brasileiro é um povo sofrido, histórica, social e economicamente, tanto pelas mãos das grandes empresas, quanto pelas mãos dos governantes. Sentido comprovado pelo jogo de sentidos feito com a expressão “tomar ferro”, o vocábulo ferro não se refere aos rejeitos de minério, constituintes da lama proveniente da mineração.

A palavra não é compreendida no seu sentido *a priori*, tomar ferro aqui se refere a ser prejudicado. Esse jogo de sentidos é possível, pois como nos afirma Pêcheux (1990, p. 53) “[...] todo enunciado é suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente) ”.

Em nosso gesto de leitura, a problematização e a denúncia em relação à situação da água, presentes nos enunciados verbais analisados, evidencia o atravessamento do discurso ambiental, discurso este que toma como ponto fundamental a preservação da natureza, da fauna, da flora, e principalmente da água, bem fundamental para a vida.

Figura 10



Fonte: <<http://www.humorpolitico.com.br/wp-content/uploads/2015/11/VALE-AMBIENTAL-354x420.jpg.pagespeed.ce.x1otly3364.jpg>>

A charge que passamos a analisar agora (**SDR 10**) apresenta em sua materialidade visual imagens de seis espécies peixes e aves diferentes. Acima da charge, ao lado esquerdo, aparece o logotipo da empresa Vale/AS e, ao lado, o enunciado projeto ambiental.

Para fins de análise, estabelecemos dois segmentos:

Enunciado I - “Eis o João de barro”

Enunciado II - “Agora a Vale apresenta as novas espécies...”

Ao empreendemos o olhar sob o enunciado I, percebemos a incidência do discurso religioso sobre o discurso da charge, isso se dá na tensão entre paráfrase (repetível) e polissemia (o diferente). No enunciado I, “Eis o João de **barro**” ocorre (re)significação no nível do intradiscurso do enunciado “Eis o Cordeiro de Deus” pertencente a passagem bíblica (João 1.29).

Dando continuidade ao nosso trabalho de análise, percebemos que o enunciado II “Agora a Vale apresenta as novas espécies...” atribuído às imagens dos peixes que aparecem na charge, apresenta outro processo polissêmico quando faz referência às novas espécies de peixes e aves “cará de barro, surubim de barro, tartaruga de barro, pato de barro, capivara de barro - é justamente essa (re)significação que instaura o humor e a ironia na charge. No enunciado I, “Eis o João de **barro**”, o vocábulo “barro” é destacado pelo uso do negrito, ao entrecruzarmos o verbal e o visual, esse destaque aponta para o fato de todos os demais passarem a ser de barro como resultado do desastre ambiental.

Inclusive, o uso das reticências, sinal de supressão, instaura a falta, ou seja, possíveis efeitos de sentidos referentes à posição tomada pelo sujeito-autor chargista em relação ao impacto ambiental causado pela lama da barragem Fundão (MG) e suas consequências.

O discurso ambiental aparece na materialidade linguística e visual da charge, visto que é evidente a denúncia/crítica/ inquietação/acusação no que se refere à situação atual do Rio Doce, após o rompimento da barragem Fundão (MG-2015). Cidades ficaram sem abastecimento de água, pescadores sem poder praticar sua atividade, agricultores sem usar a água do rio para irrigar suas plantações, e aproximadamente, 400 espécies animais e vegetais foram impactadas.

De acordo com matéria publicada no site globo.com¹³, estima-se que dentre essas 400 espécies animais e vegetais prejudicadas na bacia do Rio Doce estão: 3 espécies de plantas; 64 a 80 espécies de peixes; 28 espécies de anfíbios; 4 espécies de répteis, de 112 a 248 espécies de aves; 35 espécies de mamíferos.

Figura 11



Fonte: <<http://www.jornaldiferente.com.br/wp-content/uploads/2015/11/charge74.jpg>>

A **SRD11** que passamos a analisar traz em sua materialidade visual várias lápides mortuárias com nomes de espécies de peixe. A imagem representa o Rio Doce e a onda de lama atravessando-o, visualizamos também que alguns peixes mortos flutuam na superfície da água barrenta.

É evidente, na dessuperficialização da materialidade visual da charge, a incidência do discurso ambiental principalmente pela representação dos peixes mortos boiando na superfície barrenta tomada pela lama. Tal como observamos na **SDR10**, esse discurso ambiental atravessa o discurso chargístico como forma de reivindicação/luta/denúncia do impacto ambiental causado no Rio Doce pelos componentes dos rejeitos da mineração.

¹³Matéria disponível em: <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/noticia/2015/12/desastre-em-mariana-ameaca-quase-400-especies-de-animais.html>> Acesso em 11. out. 2016.

Na charge, a presença das lápides evoca uma memória discursiva que mobiliza um discurso de luto. As lápides são pedras nas quais são gravados nomes de mortos como forma de registrar os dados do falecido e rememorar esta pessoa. A lápide é um local determinado histórica e ideologicamente, pois a ela são atribuídos sentimentos como, saudade, amor, respeito, sofrimento, arrependimento, dor, tristeza, homenagem.

Portanto, as lápides são possíveis lugares de memória, visto que registram dados do falecido e mobilizam na memória discursiva da família lembranças, saberes em relação ao ente querido. Desta forma, na imagem, a representação dos nomes das espécies de peixes “bagre, surubim, traíra, cascudo, lambari, dourado”, efetivada pelo sujeito-autor chargista, mostra o entrecruzamento do discurso de luto expresso na charge.

Outros elementos também nos levam a essa constatação, como por exemplo, a presença da cruz nas lápides, símbolo religioso pertencente à formação discursiva religiosa - representativo do sofrimento do mártir Jesus Cristo - refere ao sofrimento dos animais e do povo cujo sustento provinha do Rio Doce.

Assim, na charge, em consequência da imagem das lápides, não temos efeitos de humor e riso, mas sim possíveis sentidos de luto, desolação, tristeza que nos remetem a morte do Rio Doce. E é através dessa representação da morte do rio e das espécies, que o “político” se estabelece enquanto denúncia e crítica pelo desastre ambiental desencadeado pelo rompimento.

Ao observarmos o enunciado I “Rio Doce... Aqui jaz...”, o emprego do vocábulo jaz remete para a ideia de morte do rio, dos peixes, das plantas, das aves, dos vegetais, de todos aqueles cuja existência/sobrevivência dependia da foz do Rio Doce. A questão da morte estabelece o fim de tudo que é vivo, é o ponto onde tudo desaparece é o aspecto destrutivo da vida.

Estabelece-se assim uma trama de sentidos interessante a nosso ver, uma vez que se instaura, na materialidade visual e linguística desta charge, o entrecruzamento de três domínios de saber distintos: o discurso político (pela denúncia/ luta/ reivindicação); o discurso ambiental (pelo impacto ambiental da lama no Rio Doce e pelas espécies atingidas); discurso de luto (pela presença de elementos que remetem à morte, tais como, lápides, sinal da cruz, emprego do vocábulo (jaz), representação dos peixes mortos boiando na superfície da água).

4.1.4 Amarrando sentidos do recorte I

No recorte I, explanamos a preponderância do “político” no discurso das charges, pelos possíveis sentidos de denúncia, crítica, reivindicação, a partir da dessuperficialização da materialidade linguístico/ visual das charges em pauta. No sub-recorte I, observamos a emergência do “político” enquanto crítica e reivindicação de posicionamentos, por parte de autoridades competentes, em relação ao rompimento da barragem. No sub-recorte II, observamos o “político” enquanto ato de denúncia e de crítica dos problemas e escândalos políticos no Brasil, ocorrendo um duplo efeito de denúncia: da tragédia e do cenário político brasileiro. Já no sub-recorte III, pelo atravessamento do discurso ambiental, o “político” se instaura, por sentidos de denúncia das consequências dessa tragédia no meio ambiente.

4. 2 **RECORTE II** – O atravessamento do Religioso e do Artístico

Neste segundo recorte, nos debruçamos sobre a interdiscursividade que é inerente a materialidade discursiva das charges, observando o atravessamento de discurso outros, como por exemplo, o atravessamento do religioso, do político, do artístico. Este recorte se dividi em dois sub-recortes que são compostos por duas charges cada um, tal divisão se deu dadas as características de nosso arquivo. O sub-recorte I trata do atravessamento do discurso artístico, já o sub-recorte II versa sobre o atravessamento do discurso religioso no discurso das charges.

4.2.1 **SUB-RECORTE I** - A presença do discurso artístico

O sub-recorte I é composto por duas charges e versa sobre os processos parafrásticos e polissêmicos em movimento no discurso chargístico estudado. Inclusive, tratamos da interdiscursividade – relação entre discursos – que se dá pelo atravessamento do discurso artístico, no discurso político da charge, através da emergência de letras de música e cenas clássicas de filmes. De acordo com a nossa leitura, o humor provocado pela incidência do discurso artístico, desvela possíveis sentidos de crítica e denúncia em relação à tragédia.

Figura 12



Fonte: <http://4.bp.blogspot.com/Ad3GvWfJft0/VkKLfDYFNdI/AAAAAAAAmQM/o68M_jk3R8A/s1600/duke%2Bsamarco.jpg>

Na constituição da **SDR12**, a montagem das quatro cenas remete à composição clássica das histórias em quadrinhos e cada um desses quadros reconfigura cenas constantemente divulgadas após a tragédia do rompimento da barragem Fundão (MG-2015). A primeira mostra a lama encobrendo uma casa, conforme comentamos no primeiro capítulo desta pesquisa - quando resgatarmos as condições de produção -, o distrito de Bento Rodrigues (MG) possuía 600 habitantes e cerca de 200 imóveis – alguns de relevância histórica-, dos quais todos foram inundados pela avalanche de lama, ocasionando perda irreparável de patrimônio cultural e deixando desabrigados.

A segunda cena retrata a chegada da lama ao interior das residências, aludindo aos mortos pela tragédia, dos quais um corpo não foi encontrado. A terceira traz um carro enguiçado pela lama na beira da água, já a quarta e última cena remete à imagem do carro soterrado pela lama, mostra a destruição em massa do subdistrito e, retorna a imagem que configuramos como enunciado coletivo.

Nesse sentido, acreditamos que ocorre um processo parafrástico a partir do qual passam a ser retomadas/ atualizadas, no nível do intradiscorso, situações simbólicas

dessa tragédia que passam a ser discursivizadas no texto chargístico, pois a “paráfrase é a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo” (ORLANDI, 2005, p. 38).

Segundo Orlandi (2005), “os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa, assim, o retorno aos mesmos espaços de dizer” (p. 36), portanto, nesta imagem, ocorre manutenção/retomada de saberes em relação às consequências da tragédia.

Ao contrário, os processos polissêmicos são marcados pela instauração do novo, esse processo “implica na ruptura do processo de produção da linguagem, pelo deslocamento das regras, fazendo intervir o diferente, produzindo movimentos que afetam os sujeitos e os sentidos na sua relação com a história e com a língua” (ORLANDI, 2005, p. 37).

Tomaremos, para fins de análise, o enunciado I “É o projeto da casa é o corpo na cama é o carro enguiçado é a Lama, é a Lama”. Nessa sequência, a repetição do verbo ser conjugado na 3º pessoa do singular no presente do modo indicativo (Ele/Ela = é) opera de forma a introduzir os enunciados, aos desdobrarmos a sequência, na tentativa de preenchimento sintático da oração, observamos que pronome pessoal relativo (Ele/Ela) faz referência à tragédia.

Ainda, através da análise enunciado I, observamos o entrecruzamento do discurso artístico no discurso chargístico, uma vez que, as escolhas lexicais do sujeito-autor nos permitem agenciar um trabalho de leitura mobilizando uma memória discursiva que nos remete a letra da música “Águas de Março”¹⁴ (1972) do compositor brasileiro Tom Jobim, cujos alguns versos são: “É pau, é pedra, é o fim do caminho é um resto de toco, é um pouco sozinho é um caco de vidro, é a vida, é o sol é a noite, é a morte, é o laço, é o anzol é peroba do campo, é o nó da madeira [...]”.

Ocorre um movimento de repetição das estruturas linguísticas que ao serem atualizadas, em consonância com o visual da charge, aludem diretamente ao rompimento da barragem Fundão (MG-2015) e suas consequências – mortes, destruição, desabrigados, contaminação da água - atualização que permite a continuidade do discurso, ocorre uma retomada no processo de produção da linguagem; aqui apontamos o processo parafrástico.

¹⁴ Letra disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/tom-jobim/49022/>>. Acesso em: 14.nov.2016.

Já o atravessamento do discurso artístico no discurso chargístico, neste caso a emergência da música “Águas de março”, também atesta a presença da interdiscursividade, a noção de *Interdiscursividade*, em Análise de Discurso, faz referência à relação existente entre os discursos. Um discurso se relaciona com outros discursos, e é em sua constituição tecido por eles.

Esses pontos de contato entre o discurso artístico (atravessamento da letra da música) e o discurso político (a charge) que se dá na materialidade linguística da charge atestam a heterogeneidade específica da linguagem, em outras palavras, não há discurso homogêneo, fechado em si mesmo e dotado de uma fonte única do dizer.

Observemos, então, outra charge, na qual se dá, novamente o atravessamento do discurso artístico e a emergência da letra desta mesma música, bem como a uma cena de filme.

Figura 13



Fonte: <[HTTP://www.chargeonline.com.br/semana/melhor.php?chargista=dacosta&imagem=2015/dacosta181115.jpg&diames=18/11](http://www.chargeonline.com.br/semana/melhor.php?chargista=dacosta&imagem=2015/dacosta181115.jpg&diames=18/11)>

A **SDR13** apresenta em sua imagem elementos que remetem à típica dança na chuva, contudo a chuva que aqui se apresenta é lama – símbolo da destruição em Bento Rodrigues (MG) - e é um rato, vestido em trajes formais, que dança e carrega uma bolsa de dinheiro. A dança, a lama, o rato e a mala de dinheiro são elementos que mobilizam recortes de memória acerca do discurso sobre as autoridades responsáveis pela Samarco S/A. Ainda, a dança na chuva, remete a clássica cena do filme “Singin' in the Rain” Cantando na chuva (1952).

A própria personificação do rato simbolizando possíveis autoridades responsáveis pela Samarco S/A, ou até mesmo, especificadamente, simbolizando empresários da mineração, traz para o fio do discurso o pré-construído de que a eles interessa somente o lucro. Lembremos também, que o imaginário do rato é atribuído pejorativamente para se referir às pessoas de má índole, aproveitadores, ladrões.

O possível efeito de sentido que aqui estabelecemos é de que a imagem do rato personifica a própria empresa, enquanto a vida de pessoas/funcionários/cidadãos é posta em risco em áreas próximas a barragens de rejeitos de minério de ferro em Minas Gerais (MG), como era no caso de Bento Rodrigues (MG). Isso também ocorre em outras localidades, os grandes empresários lucram imensamente com a extração do minério de ferro, assim essa imagem da lama significa de duas maneiras distintas: é destruição para uns, é lucro para outros.

Então, corrobora-se, nesta materialidade chargística, a ideia de um possível conflito entre posições-sujeito inscritas em regiões de saber distintas. Uma referente ao discurso ambiental, que preza pela preservação do meio ambiente e ações de sustentabilidade, e outra referente ao discurso capitalista, que visa o lucro e subjuga a natureza para a produção de riquezas.

Nesse sentido, a lama que carrega rejeitos de minérios de ferro, - que são sedimentos de rochas ou minerais inapropriados separados do minério de ferro durante o processo de beneficiamento – representa para o discurso ambiental poluição e riscos para a saúde, e para o discurso capitalista representa transformação de uma realidade visando o lucro.

Tomemos outro viés.

Com base em informações¹⁵ retiradas do site da Samarco S/A, desde o acontecimento da tragédia, a empresa está trabalhando juntamente com ONGs e

¹⁵ Disponível em: < <http://www.samarco.com/perguntas-frequentes/>> Acesso em: 13. out.2016.

voluntários para resgatar e acomodar animais de pequeno porte, abrigando-os na zona urbana e em propriedades rurais, inclusive realizam a entrega de milho, ração, fubá, farelo e sal, para manter esses animais.

A empresa informa, através do site, que faz intervenções para garantir a segurança nas barragens de Germano (MG) e Santarém (MG), bem como realiza monitoramento 24 horas por dia nas barragens, por meio de radares, câmeras, drones, entre outros. Ainda, afirma que ajudou as famílias alojando-as em pousadas e hotéis, e está oferecendo auxílio financeiro às famílias, devido a decisão do ministério público; tal como apresentamos no capítulo I.

Em contrapartida, no dia 10 de outubro de 2016, com base em matéria¹⁶ publicada na internet, ocorreu uma audiência na 2ª vara da comarca de Mariana (MG) para regular a situação de 28 famílias que alegavam descumprimento dos acordos por parte da empresa Samarco (MG). Essa tentativa de instauração de um imaginário de boa conduta perante a sociedade, através das informações publicadas no site da empresa, é contraposta pelo discurso chargístico aqui analisado, a imagem da “dança na lama” revela o atravessamento do pré-construído que sustenta e resgata o imaginário de que as mineradoras visam ao lucro, e que ações de sustentabilidade servem para velar/mascarar a ideologia do capitalismo.

Nesta charge, adotamos o enunciado I “... é a lama, é a lama” e através dele se instaura, novamente, o atravessamento do discurso artístico na materialidade da charge, tais empregos linguísticos agenciam um trabalho de leitura que evoca uma memória discursiva que remete à letra da música “Águas de março”, tal como trabalhamos mais acima. Sobre a interdiscursividade característica da charge, Machado (2000) comenta,

[...] a charge é um tipo de discurso que se sustenta na simbiose entre a imagem e a palavra, isto é, as formas de representação que as constituem (a imagem e a palavra), apesar de diferenciadas, trabalham interdiscursivamente saberes de discursos outros que podem ser resgatados efetivamente, num processo peculiar que rompe com a estrutura lógica dos significantes. (p.43)

No início do enunciado I, através do emprego das reticências, observamos uma interrupção no nível do enunciado “... é a lama, é a lama”, algo que falta, tal supressão permite que trabalhemos no preenchimento sintático do enunciado, lançando as

¹⁶ **Atingidos por tragédia em Mariana conseguem indenizações após acusar Samarco de omissão.** Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/10/11/interna_gerais,813233/atingidos-por-tragedia-em-mariana-conseguem-indenizacoes-apos-acusar-s.shtml> Acesso em: 13.out.2016.

seguintes possibilidades de sentido, “O lucro é a lama, é a lama”, “O dinheiro é a lama, é a lama”.

4.2.2 SUB-RECORTE II - A presença do discurso religioso

O sub-recorte II, também composto por duas charges, versa sobre a presença do discurso de ordem religiosa na materialidade discursiva da charge, evidenciando a relação de interdiscursividade no discurso chargístico. Essas charges, que são por natureza constituídas pelo “político”, isto é, por sentidos de denúncia, reivindicação, revolta, luta, crítica, são entrecruzadas por saberes oriundos de um domínio de saber religioso, atestando a heterogeneidade própria constitutiva da linguagem.

Figura 14



Fonte:

<https://liberdade2.files.wordpress.com/2015/11/auto_jarbas.jpg?w=480&h=281&crop=1>

A charge a ser analisada (**SDR14**), retrata a inundação de Bento Rodrigues (MG) pela lama, subdistrito pertencente à Mariana (MG) – lembremos, que o fato ocorreu em 5 de novembro de 2015, após o rompimento da barragem Fundão (MG). Na imagem, temos a representação de uma casa, um carro, uma árvore em baixo da lama, e um homem, com semblante triste, caminhando e carregando um animal nos braços.

Ainda, contribuindo para essa interpretação, observamos ao lado esquerdo do personagem, - possível personificação da população local -, uma placa na qual está escrita com letras garrafais brancas, e com um fundo verde vibrante, o nome Mariana.

Essa placa está imersa em um cenário tomado por tons de marrom e amarelo, e o movimento de afundar na lama, caracteriza o próprio fim de Bento Rodrigues (MG), visto que os sobreviventes perderam suas raízes, bens materiais.

Nesse sentido, o sujeito-autor reproduz o cenário da tragédia, atuando no nível parafrástico, visto que “[...] a produtividade mantém o homem num retorno constante ao mesmo espaço dizível” (ORLANDI, 2005, p. 38), neste movimento de (re)produzir ocorre sempre o retorno ao já-lá dizível.

Adotamos, para fins de análise do enunciado verbal, a seguinte montagem:

Enunciado I – “A outra travessia”.

Enunciado II – “do mar vermelho”.

Notamos, inicialmente, analisando o enunciado I – “a outra travessia” que há um deslocamento de sentido, provocado pelo emprego do determinante (a - artigo definido) mais o pronome indefinido (outra), o artigo determina que é outra travessia do mar vermelho. A indefinição marcada pelo pronome (outra) é preenchida, pois no nível do intradiscurso, os elementos da imagem nos dão subsídios necessários para mobilizar uma memória discursiva que faz referência ao rompimento da barragem Fundão (MG-2015).

O emprego do determinante (a) mais o pronome indefinido (outra) apontam, numa relação interdiscursiva, para a tragédia em Bento Rodrigues (MG), tal deslocamento de sentido provocado pelos empregos lexicais, é o que instaura o humor/ironia nessa materialidade chargística.

Através de nosso gesto interpretativo, cremos que a alusão que o sujeito-autor faz à travessia do Mar Vermelho, aponta para saberes oriundos de outro campo discursivo, no enunciado II – “do mar vermelho” o adjetivo (vermelho) que qualifica/especifica o substantivo (mar), torna possível um movimento de memória que resgata do interdiscurso saberes já-ditos que aludem à famosa passagem bíblica sobre a travessia do Mar Vermelho, realizada por Moisés e pelo povo hebreu.

Percebemos com isso o atravessamento do discurso religioso que se instaura por uma relação de interdiscursividade na materialidade chargística. Esta charge, que é por natureza um discurso político, de denúncia/reivindicação/revolta/luta, é entrecruzada por saberes oriundos de um domínio de saber religioso, atestando a heterogeneidade própria constitutiva da linguagem dada pela presença do outro.

No nível do intradiscurso, ao analisarmos a materialidade verbal “A outra travessia do mar vermelho”, observamos, por meio do processo polissêmico, a

instauração do diferente que traz um deslocamento no dizível. Uma (re)significação ocorre no nível sintático pelo emprego do pronome indefinido (outra), pois não refere a “A travessia do Mar Vermelho” mas sim, a “A outra travessia do Mar Vermelho”, pois “[...]na polissemia, o que temos é o deslocamento, ruptura de processos de significação. (ORLANDI, 2005, p. 36).

Observamos, ainda, nessa análise, que o adjetivo (vermelho) não se refere diretamente ao mar vermelho tal como na passagem bíblica, mas ao mar de lama que afundou Bento Rodrigues (MG), provocando caos e destruição, isso se dá, pois como nos comenta Pêcheux (1995), o sentido não está preso *a priori* na palavra, mas ao contrário, o sentido é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo histórico na qual determinada palavra está sendo produzida. Através desse jogo de palavras, é produzido um efeito irônico na charge, contudo, considerando os elementos visuais, observamos que não ocorre a instauração de um efeito de humor e sim, efeitos de sentido que remetem a desolação, tristeza.

Figura 15



Fonte: <http://66.media.tumblr.com/689d2cd076fe633d620db7a238fc811f/tumblr_ny6svttecc1su9x2qo1_1280.jpg>

Nesta charge, que passaremos a analisar (**SDR15**), são apresentadas duas situações distintas, no primeiro quadro, da esquerda para a direita, aparece um menino com semblante cabisbaixo, triste, ele está na margem do rio. Ao determos nosso olhar sobre a água, percebemos que ela está tomada por lama e que os peixes mortos flutuam

no leito do rio. No quadro da direita, o mesmo personagem ergue as mãos em direção aos céus e conversa com Deus. O gesto realizado pelo personagem-protagonista da charge, é de alguém religioso.

Ao centro da imagem, acima, vemos destacado, em letras garrafais brancas, sob fundo preto, o nome Rio Doce. A própria cor negra é historicamente marcada por representar o luto, associada à ideia da morte, do terror. Assim, esse emprego linguístico retrata o luto vivido por aqueles cujo sustento provinha do Rio Doce, uma vez que os danos ambientais causados pela tragédia, em longo prazo, são incalculáveis.

Para empreender nosso gesto de leitura, adotamos a seguinte montagem discursiva, enunciado I “Papai do céu, já que a vida que havia aqui virou barro”, enunciado II “Por que não tentar começar de novo e fazer um novo Adão”.

Observamos no enunciado I que a oração é introduzida pelo vocábulo no grau diminutivo (Papai) – estabelece uma relação de proximidade – seguido da locução adjetiva (do céu) que caracteriza o nome. A utilização dessas estruturas linguísticas, somadas ao movimento de erguer as mãos aos céus e conversar com um ser superior (papai do céu), evoca uma memória discursiva que remete a saberes oriundos de um domínio de saber religioso.

Estabelece-se assim um jogo de sentidos peculiar. O uso dessas estruturas linguísticas produz movimentos significativos de leitura, que desvelam possíveis efeitos de sentidos, vale lembrar, não necessariamente na mesma proporção, compreendidos pelo entrecruzamento de campos discursivos distintos: o discurso ambiental (alusão à contaminação do Rio Doce pela lama, às espécies de peixes atingidas), o discurso religioso (relação com um ser superior – tudo é guiado por uma existência divina) e o discurso político (denúncia da situação do Rio Doce).

O sujeito-autor utiliza saberes oriundos do discurso religioso para denunciar a contaminação no Rio Doce, configura-se, portanto, um ato de denúncia, de reivindicação, de luta, enfim um ato político; e a menção à passagem bíblica da criação na qual o primeiro homem foi criado do barro, é o que produz o efeito humorístico/irônico na charge.

Diante disto, o discurso da charge traz, na sua constituição, marcas de interdiscursividade, isto é, relação entre discursos provenientes de regiões de saber distintas. E as pistas linguísticas e visuais que indicam a heterogeneidade discursiva possibilitam a ligação memória/linguagem, imprescindíveis para o gesto interpretativo

realizado em Análise de Discurso. Ainda, a interdiscursividade é responsável pela produção de sentidos na materialidade chargística em pauta.

No enunciado II, “Por que não tentar começar de novo e fazer um novo Adão”, através da interrogativa ocorre uma referência à passagem bíblica da criação, quando Deus cria o primeiro homem a partir do barro. A retomada do discurso bíblico, especialmente, neste caso, da história da criação da terra, do céu, da água, dos animais e do homem, revela o nível parafrástico do discurso chargístico, tendo sua origem fixada na base no repetível, “[...] em outras palavras, no jogo entre constituição e formulação, [...] deixa ver o modo como a memória se atualiza” (ORLANDI, 2001, p. 111).

Tal discurso em relação à criação do homem está cristalizado há séculos na bíblia em Gênesis I – Origens (1-11), tal texto funciona discursivamente como um lugar de memória que movimenta e aciona a memória coletiva pela repetibilidade e pelos processos parafrásticos nos quais esses textos são retomados. Retomemos o que nos fala Orlandi (2001),

Há um longo percurso entre o interdiscurso (memória discursiva) e o texto: ordem, palavras, repetições, relações de sentido, paráfrases que diluem a linearidade mostrando que há outros discursos no discurso, que os limites são difusos, passando por mediações, por transformações, relação obrigatória do imaginário. (p.110)

De acordo com os pressupostos teóricos da AD, a memória trabalha pelo jogo da repetibilidade de discursos, saberes, entre outros, e a charge, como observamos, reformula/ resgata um saber/discurso/acontecimento já estabelecido.

Na materialidade chargística em pauta, o personagem-protagonista sugere que Deus (Papai do céu), aproveite a lama no Rio Doce e faça um novo homem, o possível sentido que daqui emana é justamente, uma crítica à irresponsabilidade da mineradora Samarco S/A em relação ao rompimento da barragem Fundão (MG - 2015), pois se devidas medidas de prevenção fossem tomadas, tal tragédia teria sido evitada.

De acordo com nosso gesto de leitura, o discurso religioso é presente na materialidade da charge, tendo em vista que o gesto de conversar com Deus (orar/rezar/clamar) é um movimento que revela o assujeitamento do personagem a um ser superior a nós, neste caso, ao sujeito-Deus e a toda uma ideologia religiosa e cristã que o mesmo representa. Inclusive, o fato de o personagem protagonista ser um menino, uma criança, cujo imaginário atribuído é o da inocência/pureza pode ser relacionado à inocência dos sujeitos sobreviventes atingidos pelo rompimento da barragem, os mais afetados e os únicos que não possuem culpa nenhuma pela tragédia.

4.2.3 Amarrando sentidos do recorte II

Ao longo deste segundo recorte discursivo, foram apresentadas relações de interdiscursividade que se estabelecem na materialidade discursiva de quatro charges analisadas. Ao analisarmos as sequências discursivas percebemos o entrecruzamento de regiões de saber distintas, no sub-recorte I, nas **SDR12** e **SDR13** observamos atravessamento do discurso artístico no discurso da charge, ao passo que nas **SDR14** e **SDR15** constatamos o entrecruzamento entre o discurso religioso, o discurso bíblico no discurso da charge. Nessas charges, tais relações de interdiscursividade se constituíram na tensão entre os processos parafrásticos e polissêmicos.

CAMINHOS AINDA A PERCORRER

Antes de realizarmos o efeito de fechamento desta dissertação, consideramos necessário esclarecer, dentro da perspectiva teórica na qual nos filiamos, que o efeito de fechamento/conclusão desta pesquisa funciona de forma simbólica, já que em consequência da incompletude constitutiva da linguagem os sentidos não estão prontos e acabados. Eles não se iniciam neste trabalho e não se finalizam nele, pois o acontecimento histórico e discursivo do rompimento da barragem de Fundão (MG-2015) – mesmo passado um ano da tragédia - continua produzindo sentidos.

Ao tecermos as considerações finais deste estudo, produzimos um efeito de ilusão necessário para o fechamento da tessitura do texto. Inclusive, os efeitos de sentido produzidos a partir das análises efetuadas são apenas possibilidades de leitura efetivadas por nosso gesto interpretativo. O sentido sempre pode ser outro, daí emana a possibilidade de outros gestos de leitura.

Também almejamos que as reflexões efetivadas por nós ao longo do estudo sirvam como estímulo para a continuidade desta pesquisa, - daí nossa designação dos caminhos ainda a percorrer – e que futuramente, esta dissertação funcione como um possível lugar de memória que passará a (re)atualizar para o fio do discurso saberes sobre a tragédia do rompimento e suas drásticas consequências, tais como: degradação ambiental; destruição de Bento Rodrigues (MG); contaminação da Rio Doce; proibição da pesca; mortes.

Partindo desses parâmetros, passamos a uma síntese dos gestos de interpretação realizados durante a pesquisa, e debruçamo-nos sobre os principais pressupostos desenvolvidos na dissertação. Durante esta pesquisa, buscamos compreender o funcionamento discursivo do acontecimento histórico do rompimento da barragem Fundão (MG-2015). Para este fim, primeiro, observamos se esse acontecimento histórico constituía-se em um acontecimento discursivo (PÊCHEUX, 1990), ou em um acontecimento enunciativo (INDURSKY, 2008), na sequência, analisamos os discursos materializados em charges que circularam após a tragédia.

De acordo com nosso gesto de leitura, o acontecimento histórico do rompimento da barragem é um acontecimento discursivo, pois a nova posição-sujeito que surge “dos sobreviventes e dos atingidos/afetados pelas consequências da tragédia em Bento Rodrigues (MG) e arredores – que passa a acolher também o discurso dos ribeirinhos, pescadores, comerciantes, indígenas, moradores de Bento Rodrigues (MG), donos de

pousadas e agricultores, ao longo do Rio Doce, prejudicados pela tragédia – desidentifica-se da “FD do discurso de moradores de Bento Rodrigues e arredores”, não consegue conviver em seu interior, e migra para a já existente “FD dos sobreviventes e atingidos por catástrofes ocasionadas por rompimentos de barragens no Brasil”. Sabemos que a materialização dos sentidos não se dá somente através do componente linguístico, as imagens também são dotadas de discursividade, logo, dentro dos parâmetros da AD, a imagem da lama funciona substituindo o enunciado coletivo necessário para a materialização do acontecimento discursivo do qual nos fala Pêcheux (1990).

Ao dar continuidade ao nosso estudo, analisamos charges produzidas sobre o rompimento da barragem, concebemos a charge como um discurso político, pelas relações de força que se estabelecem em seu funcionamento, e cuja função é criticar figuras de relevância política/econômica/social e abordar de forma temporal acontecimentos polêmicos da sociedade.

Observamos, ao longo dos dois recortes discursivos, que o “político” – compreendido como luta, reivindicação, denúncia e crítica – é fator constitutivo da charge, sendo ela um discurso político por natureza. Lembrando, é claro, que o “político” em AD, não se restringe às atividades partidárias, mas é representado pela luta de classe que pode ser apreendida pelo discurso.

Devido às condições de produção dos discursos materializados em charges, que surgem de modo imediato para contestar, criticar, denunciar problemas de ordem social, econômica, ambiental e política, é que passamos a compreender, dentro da AD, o “político” como natureza constitutiva da charge, pois em seu funcionamento estão em jogo relações de força, e mais, as charges são constituídas por posicionamentos ideológicos e atravessadas por fatores sócio-históricos.

Durante a escritura dos dois recortes discursivos, percebemos que o “político” se estabelece no discurso das charges através de possíveis efeitos de humor, de ironia e também, pelas relações de interdiscursividade apresentadas nas análises. Dessa forma, nos interessou compreender a charge como espaço de denúncia, crítica, isto é, uma forma dos sujeitos-autores chargistas denunciarem a tragédia e suas drásticas consequências, inclusive, entendemos os efeitos de humor e de ironia como uma das possibilidades de atravessamento do “político”. Também, debruçamo-nos em refletir sobre a interdiscursividade presente no discurso da charge.

Ao refletirmos sobre o funcionamento discursivo do humor e da ironia, conforme nossos gestos interpretativos, pensamos na possibilidade de estes configurarem-se como efeitos postos em jogo no discurso da charge, podendo produzir ou não o riso, e a partir dos quais o “político” enquanto manifestação de crítica, de denúncia, de questionamento, vai se sobressair na materialidade discursiva da charge. Assim, nas charges analisadas, percebemos que muito mais do que o humor e a ironia, o que se evidencia é o “político”.

Para fins metodológicos, norteamos nossas análises por dois recortes discursivos distintos, contudo, ao final das análises, percebemos que a preponderância do “político” no discurso chargístico se instaura em todas **SDR** analisadas ao longo dos dois recortes, da mesma forma percebemos relações de interdiscursividade dentro do recorte I.

Ao encerrarmos este estudo, mesmo que nossa pesquisa se concentre em um espaço limitado de tempo, ressaltamos que neste momento, ao término do trabalho de dissertação, passado um ano do acontecimento do rompimento da barragem de Fundão (MG- 2015), o subdistrito Bento Rodrigues (MG), localidade mais atingida pela avalanche de lama, contínua em ruínas. A tragédia, maior desastre ambiental do Brasil, devastou a vegetação nativa da região, contaminou a bacia do Rio Doce e causou 19 óbitos.

A lama que encobriu Bento Rodrigues (MG) secou, provocando uma imagem hostil, marcada pelo horror e pela destruição que vive na memória dos sobreviventes. A tragédia trouxe consigo problemas de ordem ambiental, laboral, urbanos, e humanos se pensarmos no sofrimento provocado pelas perdas familiares e materiais nos habitantes de Bento Rodrigues (MG), ribeirinhos, pescadores, agricultores, trabalhadores, e nos índios para os quais a água do Rio é um bem sagrado com o qual precisavam interagir para manter uma herança cultural.

Novembro de 2016 foi marcado por manifestações¹⁷ que lembraram a tragédia, caravanas partiram de Regência (ES) e passaram por cidades atingidas. Em Bento Rodrigues (MG) simpatizantes, sobreviventes, ambientalistas, jornalistas e

¹⁷**Tragédia em Mariana completa 1 ano.** Disponível em: <[http://g1.globo.com/jornal-
hoje/noticia/2016/11/tragedia-em-mariana-completa-1-ano-e-centenas-de-moradores-protestam.html](http://g1.globo.com/jornal-
hoje/noticia/2016/11/tragedia-em-mariana-completa-1-ano-e-centenas-de-moradores-protestam.html)>. Acesso em 10. nov. 2016.

Manifestação relembra um ano da tragédia em Bento Rodrigues . Disponível em: <http://diariodoaco.com.br/ler_noticia.php?id=2100&t=manifestacao-relembra-um-ano-da-tragedia-em-bento-rodrigues> Acesso em 10. nov. 2016.

manifestantes com corpos cobertos pela lama, levantaram cruzes e cartazes como forma de protesto, ainda ocorreu uma missa e intervenções artísticas simbolizando os mortos.

Neste momento, mesmo passado esse um ano, paira um sentimento de dúvida e incertezas em relação ao futuro, pois as moradias cedidas são provisórias, os cartões benefício são provisórios, o projeto de construção da nova Bento Rodrigues (MG) está no plano da formulação, mas nada ainda trouxe soluções definitivas.

Para além do estudo realizado na pesquisa, como cidadã, também reitero a denúncia dessa tragédia e o desejo de que outras catástrofes envolvendo barragens ligadas às atividades de mineração, não se repitam no Brasil. Não existem justificativas possíveis de aceitação para este acontecimento se pensarmos na acumulação de capital proveniente da mineração.

Tal capital permite a manutenção das estruturas de barragens, instalação de sistemas de alertas, controle periódico das atividades nas barragens, construção de locais para refúgio, enfim, nenhuma medida tomada agora servirá para amenizar os problemas sociais e econômicos desencadeados pelo rompimento. Essas medidas são apenas direitos dos sobreviventes e dos afetados que perderam suas raízes, familiares, amigos, bens materiais, e são deveres da Samarco e suas acionistas, perante esses sujeitos cujas lembranças dos horrores e das tristezas vivenciadas, jamais serão esquecidas.

REFERÊNCIAS

BERGSON, Henri. **O riso: ensaio sobre a significação do cômico**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1993.

BHP BILLITON. Disponível em: <www.bhpbilliton.com.graduates>. Acesso em: 23 mar.2016.

CAZARÍN, Ercília Ana. **Identificação e representação política: uma análise do discurso de lula (1978- 1998)**. 270f. 2004. Tese (Doutorado em estudos da linguagem), Programa de Pós Graduação em letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

CAVALCANTI, Cristiane Renata da Silva. **Discurso político na charge**. 110f. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem), Pró- reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Católica de Pernambuco. Recife, 2013.

COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública**. Tradução Nilton Milanez, Carlos Piovezan Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

DEL RÉ, Alessandra. O humor e suas variações. In: _____. **A criança e a magia da linguagem: um estudo sobre o discurso humorístico**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2001. p. 20-70.

ERNST-PEREIRA, Aracy. **A Falta, o Excesso e o Estranhamento na Constituição/ Interpretação do Corpus Discursivo**. 2009. Trabalho apresentado no IV Seminário de Estudos em Análise do Discurso - SEAD, Porto Alegre, 2009.

INDURSKY, Freda. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In: ERNST-PEREIRA, Aracy; FUNCK, Susana Bornéo (orgs). **A leitura e a escrita como práticas discursivas**. Pelotas: Educat, 2001.p. 27-42.

_____. Lula lá estrutura e acontecimento. In: **Organon**, Porto Alegre, v.17, n. 35, p. 101-121, 2003.

_____. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito na Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana (Org.). **Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. p. 9-33.

_____. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (organizadoras). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2011, p. 67-89.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Traduzido por Carlos Irineu da Costa. 2.ed. São Paulo: Ed. 34,1999.

MACHADO, Rosely Diniz da Silva. **O funcionamento discursivo de charges políticas**. 84f. 2000. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada), Programa de Pós – Graduação em Letras, Universidade Católica de Pelotas. Pelotas, 2000.

MITTMAN, Solange. Redes e resignificação no ciberespaço. In: ROMÃO, Lucília Maria Sousa; GASPAR, Nádea Regina (orgs). **Discurso Midiático: sentidos de memória e arquivo**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Destruição e construção do sentido: um estudo da ironia**. Campinas (SP): UNICAMP, 1983. Trabalho apresentado no colóquio do Dep. de Linguística do IEL.

_____. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4.ed. Campinas: Pontes, 1996.

_____. Do sujeito na História e no Simbólico. In: **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. São Paulo: Pontes, 2001.

_____. **Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2004.

_____. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 6. ed. São Paulo: Pontes, 2005.

_____. **Discurso e leitura**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento?**. Trad. de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

QUEVEDO, Marchiori Quadrado de. **Do gesto de reparar a (à) gestão dos sentidos: um exercício de análise da imagem com base na análise de discurso**. 253f. 2012. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada), Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012.

ROMUALDO, Edson Carlos. **Charge Jornalística: intertextualidade e polifonia um estudo de charges da folha de S. Paulo**. Maringá: Eduem, 2000.

Rompimento de duas barragens causa enxurrada de lama no interior de MG. <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/11/rompimento-de-duas-barragens-causa-enxurrada-de-lama-no-interior-de-mg-4895324.html>. Acesso: 24 fev.2016.

SAMARCO. Disponível em: <<http://www.samarco.com/>>. Acesso em: 24 fev.2016.

SAMARCO terá de garantir renda mínima a pessoas afetadas pela lama no rio doce. Disponível em <<http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do->

site/copy_of_geral/samarco-tera-que-garantir-renda-minima-a-pescadores-e-trabalhadores-afetados-pela-lama-no-rio-doce> Acesso em: 24mar. 2016.

SANTOS, Roberto Elísio dos. Reflexões teóricas sobre o humor e o riso na arte e nas mídias massivas. In: ROSSETI, Regina; Santos, Roberto Elísio dos (orgs). **Humor e riso na cultura midiática**: variações e permanências. São Paulo: Paulinas, 2012a. p. 18 – 57.

_____. Riso cotidiano: as estratégias de humor nas tiras cômicas norte-americanas. In: ROSSETI, Regina; Santos, Roberto Elísio dos (orgs). **Humor e riso na cultura midiática**: variações e permanências. São Paulo: Paulinas, 2012b. p. 76– 100.

SOUZA, Tânia Conceição de. A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação. In: **Rua**, v.7, n.1, 2001. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640721/8262>>. Acesso em: 16. jun. 2016.

SILVA, Ana Carolina de Araujo. **O discurso ambiental jornalístico, político e empresarial em âmbito local**: uma proposta de análise. 211f. 2016. Tese (Doutorado em Comunicação Social), Programa de Pós- Graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2016.

SILVA, Silmara Dela; LUNKES, Fernanda Luzia. **E o casamento acabou**: uma análise do arquivo sobre o imaginário da mulher divorciada. In: **Conexão Letras**, v.9, n.11, 2014. Disponível em: <seer.ufrgs.br/index.php/conexaoletras/article/view/55148/33540>. Acesso em: 15.jan.2017.

VALE. Disponível em:<<http://www.vale.com/brasil/PT/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 23. mar. 2016.